

VERGONHA

Com servidores do
Judiciário sem aumento
há 5 anos, Executivo
faz jogo duro e fere
autonomia entre os
Poderes

LUTA PELO PCS4

O balanço dos últimos dois meses de greve no Judiciário Federal da capital e do interior do Rio de Janeiro

DEFICIENTES

No mês da pessoa com deficiência, artigos sobre o braille, a meta 4 do PNE e a tutela da sociedade

MOVIMENTO OCCUPY

Indignados vão às ruas contra o sistema capitalista e refutam métodos tradicionais de organização política

DEMOCRACIA RADICAL

Ideias entrevista Norman Madarasz sobre os filósofos que estão pensando a nova ordem mundial

Quem conhece aprova!



**COLÉGIO
SANTA MÔNICA**
Do Maternal ao Vestibular

A SISEJUFE e o Colégio Santa Mônica, firmaram um convenio, na qual oferecem aos dependentes de seus associados desconto nas mensalidades, nas unidades: Bonsucesso, Cachambi, São Gonçalo e Taquara.

O Colégio Oferece Ensino e Atendimento de Qualidade

- Altos índices de aprovação no vestibular
- Melhores livros no mercado editorial
- Monitoramento interno com câmeras
- Transporte seguro conveniado à escola
- Atendimento individualizado às famílias
- Projetos temáticos interdisciplinares
- Salas de aula climatizadas
- Segurança interna e externa
- Laboratório de informática
- Professores qualificados
- Funcionários capacitados
- Escola integral
- Ouvidoria
- Biblioteca
- Curso de inglês Connect incluso na mensalidade
- Diversas modalidades extraclasse culturais e esportivas
- Equipes esportivas e culturais de alto rendimento

Marque uma visita guiada na unidade de sua preferência.

Bonsucesso

Av. dos Democráticos, 1251
☎3682-2000

Cachambi

Rua Hermínia, 2
☎2113-2000

São Gonçalo

Av. Paula Lemos, 298
☎3611-7000

Taquara

Rua Padre Ventura, 184
☎2114-2000

www.colegiosantamonica.com.br

Moisés Andrade dos Santos
(073)3230-1967 - FIXO Comercial
(073)3230-1869 - FIXO Residencial
(073)3258-6480 - FIXO Pousada
(073)8116-5256 - operadora CLARO
(073)9124-5078 - operadora TIM

LOCALIZAÇÃO E CONTATOS:

Rua Três Coqueiros | Barra Grande
Península de Maraú | Bahia | Brasil
E-mail: pousadavidamar@hotmail.com
Site: www.pousadavidamar.com

TEL: (73) 3258-6480

E-mail: pousadavidamar@hotmail.com
Site: www.pousadavidamar.com

Apartamentos completos com TV, Ar, Frigobar, varanda com rede, café da manhã em amplo refeitório, e muito mais para o seu conforto e descanso.

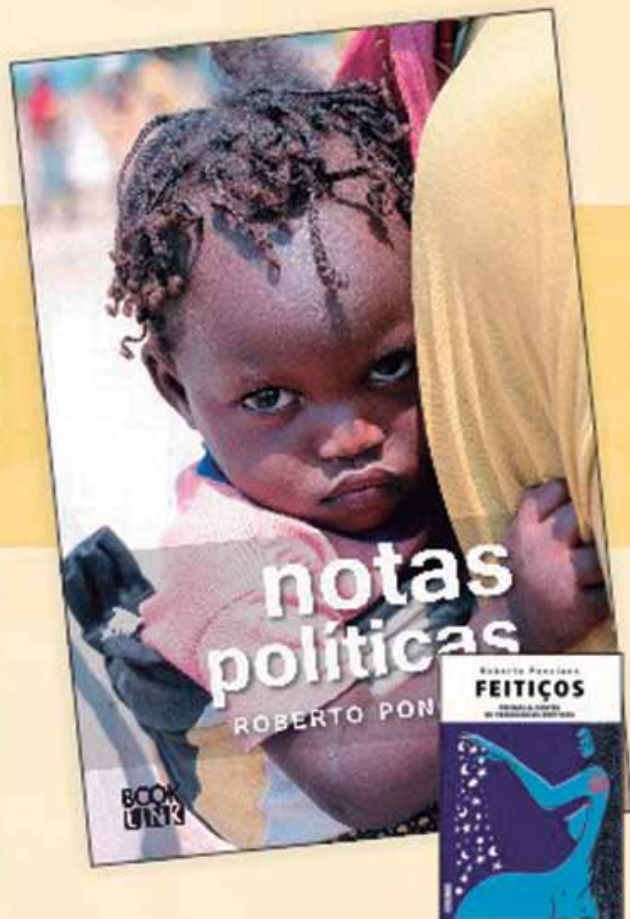


Descansar ou curtir, seu lugar é aqui!

Booklink Publicações

notas políticas

de ROBERTO PONCIANO
e relançamento do livro Feitiços



VENDAS

**BOOK
LINK**

www.booklink.com.br
booklink@booklink.com.br

Movimento Sindical

Fenajufe e Comando Nacional de Greve convocam para grande ato em defesa do PL 6613 no dia 14 de dezembro, em Brasília.

Página 5

Luta pelo PCS4

Em artigo, o diretor sindical Pedro Paulo Leal defende que a greve, histórica, derubou mitos sobre as funções comissionadas. Veja imagens da mobilização pelo interior do Rio de Janeiro.

Páginas 6 e 7

Luta pelo PCS4

Interior e zonas eleitorais se destacam na greve. Em pouco mais de 40 dias, entre setembro e novembro, o Sisejufe organizou duas grandes passeatas no Centro do Rio.

Páginas 8 e 9

Luta pelo PCS4

Artigo do diretor sindical Mário César Pacheco enumera os erros recentes da Presidenta Dilma Rousseff em relação ao Judiciário Federal.

Páginas 10 e 11

Luta pelo PCS4

Comando Local de Greve elaborou calendário de visitas e organizou a mobilização em diversas cidades do interior do Rio de Janeiro.

Páginas 12 e 13

Deficientes

O afinador de pianos Oswaldo Fernandes, que é cego, escreve sobre duas invenções perfeitas: a roda e o braille. E segue a luta contra a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) do governo federal.

Páginas 14 e 15

História

Em livro recém-lançado, “Notas Políticas”, o diretor sindical Roberto Ponciano reúne crônicas que transitam entre história, política e filosofia. Apresentamos, nesta edição, um artigo sobre a Batalha de Stalingrado.

Páginas 16 e 17

**Especial
Movimento Social**

Movimentos de indignados e de estudantes se espalham pelo planeta lutando contra o sistema e sofrendo pesada repressão. A velha mídia, no início, tentou ignorar as manifestações, depois tentou incorporá-las em sua agenda liberal. Nesta reportagem especial, dos jornalistas Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, você vai saber detalhes da ocupação da reitoria da USP – que resultou em mais de 70 estudantes presos –, qual é o berço do Movimento Occupy e exemplos concretos em que manifestações dessa natureza saíram vitoriosas. Do Rio de Janeiro, o editor de Ideias em Revista, Henri Figueiredo, situa o Ocupa Rio como herdeiro da linhagem thoreauiana de “desobediência civil”.

Páginas 19 a 25

Deficientes

O diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares sustenta que não houve o que comemorar no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro.

Página 18

Gênero

Max Leone reporta o aumento do número de estupros contra crianças e adolescentes no Rio.

Página 26

Democracia Radical

A repórter Tatiana Lima e o diretor de imprensa Roberto Ponciano entrevistaram o doutor em filosofia Norman Madarasz, canadense de origem húngara, sobre um filósofo fundamental para se entender a mudança de paradigma pela qual o mundo passa: Alain Badiou. Norman fala também do principal divulgador de Badiou no mundo, o filósofo e sociólogo esloveno Slavoz Zizek – que esteve em Wall Street discursando para os jovens que ocupavam a Liberty Plaza.

Páginas 27, 28 e 29

Livre Orientação Sexual

A repórter Tatiana Lima conversa com o ativista Claudio Nascimento sobre a luta contra a homofobia e a vitória histórica do Movimento LGBT com a aprovação no STF, em maio, da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Páginas 30 e 31

Segurança Pública

Militantes da Rede contra Violência sofrem ameaças no Rio e acreditam que a ação parte de policiais militares

Páginas 32 e 33

Latuff

Dilma irrita a categoria dos servidores e servidoras do Judiciário Federal, há mais de dois anos na luta pelo reajuste salarial, quando afirma que o aumento pode interferir nas políticas sociais e, no entanto, continua pagando os juros da dívida pública.

Páginas 34



Fenajufe e Comando Nacional de Greve convocam categoria para voltar à Capital Federal e pressionar os três Poderes a fechar um acordo orçamentário

Foto: Henri Figueiredo



Servidora faz panelaço em manifestação no Rio

Os servidores do Judiciário Federal e do MPU estarão na quarta-feira, 14 de dezembro, novamente na Capital Federal para um grande ato público em defesa da aprovação dos PLs 6.613/2009 e 6.697/2009. Os trabalhos no Congresso Nacional já estão perto de se encerrar e, por isso, o momento exige da categoria um maior esforço para forçar o governo Dilma e a cúpula do Judiciário Federal e do MPU a discutirem uma saída para o impasse em relação aos planos de cargos e salários. Por isso, o objetivo da Fenajufe e do Comando Nacional de Greve é que no dia 14 de dezembro a categoria, em greve por tempo indeterminado em 19 estados, consiga promover a maior manifestação desta greve. Mas para isso, todos os sindicatos devem enviar suas caravanas a partir do dia 14 para participar do ato, às 15h, na Praça dos Três Poderes, e também do acampamento que está sendo organizado pela Fenajufe.

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe e representantes dos sindicatos

no Comando Nacional de Greve, em reunião na quarta-feira, 7 de dezembro, a semana anterior ao recesso poderá ser decisiva, uma vez que até o dia 19 o relator geral da LOA 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), deverá concluir o seu relatório final, a ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o dia 20 de dezembro e até dia 22 no plenário do Congresso. Até lá, os servidores precisam intensificar as pressões em cima dos parlamentares, em especial daqueles que compõem a CMO e a base do governo no Congresso Nacional, visando garantir a inclusão da emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, destinando valores para o pagamento de duas parcelas dos planos em 2012. Por isso, além do ato nacional e do acampamento, em Brasília, os sindicatos terão que manter os contatos com os parlamentares e também as mobilizações nos estados.

Fonte: Imprensa da Fenajufe



SISEJUFE
Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
DIAGRAMAÇÃO: Claudio Camillo – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Greve histórica derruba mito sobre FCs

A greve histórica do Judiciário Federal no Rio, com total adesão dos servidores do interior, entrou em sua oitava semana derrubando o mito de que “comissionado não pode fazer greve”. Isto prova a conscientização de grande parte da categoria, que tem rejeitado o assédio moral praticado por superiores hierárquicos que insistem nas ameaças veladas, inócuas diante da união de todos, pois a retirada da função de FC de um grevista obriga a repassá-la a outro grevista. Outra saída seria colocar à disposição todos os servidores, ato que provaria o autoritarismo maquiado, um tiro no próprio pé. Função comissionada faz greve sim, pois é direito do trabalhador, comissionado ou não, lutar por melhor qualidade de vida.

Pedro Paulo Leal*

A maratona de visitação promovida pelos diretores do Sisejufe no interior constatou que, na Justiça Eleitoral, as zonas eleitorais estão em sua maioria com as portas cerradas, inclusive com o apoio dos chefes de cartórios. Na Justiça Federal, as varas federais e juizados do interior também aderiram para valer, inclusive com grande participação de supervisores e demais comissionados.

Neste momento crucial de mobilização, com um cansaço natural vivido por todos, o ânimo está sendo alimentado pelas manifestações contrárias ao movimento grevista, que já incomoda suficientemente setores que ainda não davam valor à luta da categoria. Aos procuradores do MPF, por exemplo, os servidores devem lembrá-los que

muito deste incômodo deve-se a eles mesmos, pois até o momento não questionaram a omissão do Procurador Geral da República que levou dois meses para responder ao pedido de informação do Ministro Luiz Fux sobre a omissão do Executivo com relação à proposta orçamentária do Judiciário.

Vale lembrar que as estatísticas, muito usadas como referência para que se diga que “tudo está andando normalmente”, não estão sendo contabilizadas com o referencial adequado, desconsiderando dados que precisam ser atualizados anualmente. Para se ter uma ideia, a Semana de Conciliação deste ano foi um verdadeiro fiasco e não foram poucos os advogados que manifestaram aos magistrados sua frustração por não terem conseguido participar de qualquer ato conciliatório.

O atendimento somente aos casos de urgência, o não encaminhamento dos atos processuais e suspensão das publicações têm sido de fundamental importância no sucesso da greve. Portanto, é imprescindível que todos os servidores continuem contribuindo nesta luta, informando e buscando trazer mais companheiros para fazerem parte desta grande mobilização histórica do todo o Judiciário Federal no Rio de Janeiro.

JT do interior aguarda decisão dos servidores da capital

Em conversa com agentes de segurança do TRT de Niterói, o Sisejufe apurou que os servidores daquela subseção estão aguardando a paralisação pelos servidores da capital. Eles se mostraram dispostos a engrossar o grupo

de servidores que estão na luta pela aprovação do PL 6613, porém ressaltaram que sem o apoio dos servidores da capital fica difícil contagiar o grande número de servidores que desempenham suas atividades no prédio do TRT daquela cidade.

Com este ânimo, o Sisejufe convoca os servidores do TRT a participar desta luta histórica. O sindicato reforça que a nossa campanha é por reajuste salarial, melhoria da qualidade de vida, independência do Judiciário e pela dignidade dos servidores. Afinal, tendo ou não FC, precisamos todos contribuir na construção de uma sociedade justa, em que sejam respeitados princípios básicos de cidadania. Temos todos o direito de fazer greve. PCS Já!

*Diretor sindical – Membro do Departamento de Imprensa do Sisejufe.



Grevistas do interior enviaram ao Sisejufe fotos da mobilização. Numa das fotos, servidores de Niterói na travessia de barca para a passeata de 9 de novembro

Interior e zonas eleitorais se destacam na greve

Quando se iniciar o recesso do Judiciário Federal, em 20 de dezembro, os servidores fluminenses terão completado dois meses da deflagração da greve por tempo indeterminado em defesa do PL 6613 – que reajusta os salários da categoria. Num balanço desse período é preciso destacar a grande adesão dos servidores de zonas eleitorais e a forte mobilização do interior do Rio de Janeiro – as pontas de lança desta greve.

Em pouco de 40 dias, a categoria foi mobilizada pelo sindicato em duas passeatas pela avenida Rio Branco, com concentração na Candelária e final em atos públicos diante do TRE Sede, na avenida Presidente Wilson. A primeira passeata reuniu cerca de 500

servidores, em 28 de setembro. A segunda, 400 servidores, em 9 de novembro.

O sindicato contabilizou 13 municípios com varas federais e trabalhistas em greve, além de mais de 100 zonas eleitorais em todo o estado – o que mantém, desde o início da

greve a adesão entre as zonas eleitorais acima dos 40%. Um dos ativistas de greve, o servidor Vinicius Vasconcellos, da ZE 190º, localizada em Irajá, destacou que o movimento paredista do Judiciário Federal não é apenas pela aprovação do PL 6613, mas também em defesa do funcionalismo público e contra a política de sucateamento das instituições públicas. “Estamos aqui para a luta pela aprovação do PL 6613, mas também para lutar contra o PLP 549 que propõe congelamento dos salários dos servidores por dez anos. Já o PL 1992 quer alterar a aposentadoria do servidor público”.

Nas passeatas, era possível encontrar servidores de São Gonçalo, Duque de Caxias, Macaé, São João de Meriti e Niterói. “Fazer greve é cansativo, mas a participação de todos é essencial não só aqui no ato público como nos piquetes de greve. Em Niterói, conseguimos a participação de servidores de todas as varas federais e juizados especiais federais”, relatou a diretora sindical Helena Guimarães Cruz.

Em 30 de novembro, ato público na Candelária

O poeta concreto Augusto de Campos publicou, em 1961, um poema que sintetiza bem um capítulo da luta dos servidores do Judiciário Federal: “arte longa vida breve escravo se não escreve escreve só não descreve//grita grifa grafa grava uma única palavra greve”. Na tarde de 30 de novembro, aproximadamente 150 servidores e servidoras se reuniram na Candelária, no Rio de Janeiro, para um ato público em que se gritou, grifou, gravou a necessidade de manter o movimento paredista contra o imobilismo e a baixa autoestima de parcelas da categoria que parecem conformadas com o quadro. Se a situação do Judiciário não pode, nem deve, ser pintada como escravidão, certamente pode ser descrita como um claro desrespeito de um Poder da República (Executivo) sobre a autonomia de outro (Judiciário).

Da Redação. Fotos: Henri Figueiredo, Max Leone, Tatiana Lima e enviadas por e-mail pelos servidores.



“Não se está respeitando a autonomia do Poder Judiciário em gerir seu orçamento. O medo do pessoal está impedindo que as pessoas desçam pra greve. Precisamos apontar, contudo, que há quem se mobilize como nós, do Foro da JF na avenida Venezuela – que marcamos nossa presença. Esse movimento de greve é legítimo. Quando há problemas não solucionados no serviço público o servidor tem não só o direito de greve mas o dever de greve e de denunciar o problema. Estamos exigindo a correção de um problema pelo bem da prestação do serviço público. Nenhum jornal da imprensa tradicional informa que o orçamento do Judiciário está sofrendo interferência à revelia de determinações constitucionais. O que está sendo feito com o Judiciário, além de uma humilhação, é um descalabro.”

Mário César Pacheco (JF – Av. Venezuela)



“Eu vejo a greve ainda com algum otimismo porque nós precisamos confirmar a inclusão de nossas emendas no Orçamento. Precisamos pressionar Brasília e manter a mobilização em cada estado. Aqui no Rio de Janeiro, entre o final de outubro e o início de novembro, houve um refluxo na greve nas zonas eleitorais mas, por outro lado, também tivemos adesões recentes. Então mantivemos um patamar em torno de 100, 110 zonas eleitorais em greve em todo o estado – o que dá cerca de 43% de adesão à greve. Nós temos que fazer uma autoanálise e aparar arestas na organização da greve. A crítica construtiva é importante – na direção ou na base ou, ainda, pra quem se coloca como oposição sindical, autônoma ou programática. Esse é um movimento dinâmico que tem que ser construído a todo momento, não é uma coisa estanque como uma receita de bolo.”

Vinicius Vasconcellos do Poço (190° ZE – Irajá)



Não existe democracia sem separação e autonomia entre os Poderes: os erros recentes da Presidente Dilma



A mídia não aborda a questão com responsabilidade (quer diminuição de gasto público e ponto), incentivando o autoritarismo da Presidente, mas exponho abaixo, friamente, a resposta da Presidente ao Mandado de Segurança que está sendo obrigada a responder e apresentar refutações básicas. Quem é técnico em Direito sabe que o Executivo errou e, por isso, a OAB apóia o Presidente do STF, Cezar Peluso, nesta questão

Por Mário César Pacheco*

Infelizmente Dilma errou feio. A forma correta de impedir aumento de salário dos Poderes da República não é deixando de enviar proposta orçamentária ou deixando de incluir a proposta orçamentária de outro Poder da República no orçamento geral da União, mas comprovando que a previsão de tal Poder vai além de suas possibilidades orçamentárias ou que apresenta-se em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 99 da CF/88), podendo moralmente e talvez até legalmente exigir que o Poder contribua para o Superávit Fiscal Primário.

Mas se a previsão de aumento de salário de servidores está dentro de limites orçamentários do Poder (no caso do Judiciário, 6% do Orçamento da União) e se respeita as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode

a Presidente deixar de incluir esta proposta no Orçamento Geral da União que é integrado pela proposta do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público Federal.

A mídia não aborda a questão com responsabilidade (quer diminuição de gasto público e ponto), incentivando o autoritarismo da Presidente, mas exponho abaixo, friamente, a resposta da Presidente ao Mandado de Segurança que está sendo obrigada a responder e apresentar refutações básicas. Quem é técnico em Direito sabe que o Executivo errou e, por isso, a OAB apóia o Presidente do STF, Cezar Peluso, nesta questão.

Li toda a Mensagem Presidencial n.º 426 de setembro de 2011 enviada em resposta ao pedido de informações do Ministro do STF Luiz Fux, responsável pela análise e relatório do Mandado de Segurança n.º 30.896 ou 4.608 (processo n.º 00400.014839/2011-83 STF)

impetrado pelo Sindjus/DF (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do do Ministério Público da União no Distrito Federal) contra a Presidente Dilma e a Ministra Miriam Belchior por não terem enviado proposta integral do Orçamento do Judiciário junto com a proposta do Orçamento da União para 2012. Tudo é facilmente rebatível, o que denota desleixo da assessoria presidencial ao se desincumbir da tarefa de preparar o Orçamento Anual e autoritarismo (ou falta de visão política e constitucional) de Dilma em insistir na omissão, na hipótese, ao meu ver.

Em síntese, apresento abaixo as informações prestadas pela Presidente seguido do que tenho a dizer sobre as mesmas:

1º – Defende equilíbrio entre Receita e Despesa (alega que incluiu o aumento do Judiciário destruindo o equilíbrio entre receita e despesa), partindo do Projeto de

Lei já elaborado, o qual ignorou a autonomia do Judiciário em gerir os 6% do Orçamento da União que lhe caberiam.

2º – Defende o equilíbrio orçamentário sempre mencionando valores já propostos em projeto de Lei de Orçamento errado e diminuindo o aumento determinado pelo Judiciário do que entende ser valor existente para gasto discricionário da União (segundo as contas apresentadas e já erradas), ou seja, não demonstra a Presidente que o Projeto do STF geriu seu orçamento fora dos limites constitucionais (6% do Orçamento da União) e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que seria argumento irrefutável de impossibilidade de inclusão do aumento de servidores e juizes.

3º – Aplicou erroneamente jurisprudência do STF que considera não ser a Presidente obri-

gada a enviar projeto de lei que recomponha inflação anual ao salário de servidores federais. Além de não se aplicar a jurisprudência à recomposição de valores dos servidores do Judiciário (que deve ser feita anualmente pelo Presidente do STF na apresentação de seu orçamento e depois apresentada pelo Presidente da República incluído no Projeto de Orçamento Anual, mas pode ser concedido diretamente pelo Presidente da República, se couber no orçamento, diante de autorização constitucional de recomposição inflacionária anual para todos os servidores públicos), a mesma não trata da obrigação do Presidente da República em enviar a proposta do Orçamento integral da União, inclusive com a proposta integral de orçamento do Judiciário, incluindo aumentos e recomposições salariais deste Poder.



4º – Imputa aos Presidentes do Judiciário Federal e Estaduais o envio da Proposta Orçamentária e não ao Presidente da República e diz que enviou Mensagem que satisfizes a obrigação pretendida no Mandado de Segurança. Repetiu ainda o Parecer da CFT (Comissão Permanente de Finanças e Tributação) contrário à constitucionalidade do PL 6.613/2009, o que já foi rebatido integralmente pelo Ministro do STF em ofício à Comissão. Esses são os argumentos mais fracos, pois a Presidente é quem tem que enviar a proposta final e integral do Orçamento da União, incluídos Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público Federal, devendo os Chefes destes Poderes, no prazo respectivo, enviarem suas propostas de orçamento para que a Presidente componha o Orçamento final! Mas nunca desconsiderando as verbas apresentadas pelo Legislativo, Judiciário e MPF, se não excederam seus limites orçamentários constitucionais. A última informação que tivemos é de que a Mensagem posterior que mandou ao Congresso não incluiu a proposta de aumento dos servidores do Judiciário e dos Juízes no Orçamento Geral. E quanto aos argumentos do

A Presidente passou a defender que o orçamento apresentado pelo STF, com o ajuste, retiraria dinheiro de programas e custeios e investimentos que já tinham sido computados no orçamento elaborado pelo Executivo, ignorando que não deveria ter feito o Orçamento sem o desconto de integrais 6% para o Judiciário e 4% para o Legislativo

Relatório do CFT que li à época na íntegra, foi devidamente refutado pelo próprio Peluso, em detalhes e através de Ofício, como li à época.

Em suma, o que fica patente é que a Presidente fez o Orçamento utilizando-se de verba do orçamento do Judiciário. Quando o Judiciário apresentou seu orçamento, considerando o valor que lhe cabe, o Executivo não quis refazer suas contas que consideraram parte das verbas do Judiciário, pois teria de acomodar todos os programas, despesas de custeio e investimentos da forma que já tinha calculado, mesmo que erroneamente contando com histórico valor não utilizado pelo Judiciário.

Assim, a Presidente passou a defender que o orçamento apresentado pelo STF, com o ajuste, retiraria dinheiro de programas e custeios e investimentos que já tinham sido computados no orçamento elaborado pelo Executivo, ignorando que não deveria ter feito o Orçamento sem o desconto de integrais 6% para o Judiciário e 4% para o Legislativo. O Executivo se adiantou na formulação do Orçamento e errou, usando valores do Judiciário e não quis

se indispor com as forças políticas que já haviam sido contempladas com todos os valores incluídos no Orçamento. Mais fácil foi ignorar o STF, bater no Judiciário e chantagear a sociedade com o argumento de que “agora, para satisfazer o Judiciário dever-se-á cortar na área social”.

Desvendado o mistério da omissão constitucional da Presidente da República ao não querer incluir o Projeto Orçamentário integral do Judiciário no Orçamento da União – previu uso pelo Executivo de verba que era do Judiciário e não quis desfazer o erro.

O caso é muito grave e se não houvesse o envio da Mensagem supletiva ao Congresso para tentar retificar a omissão da Presidente, poderia até mesmo configurar crime de responsabilidade do Presidente da República, nos termos do artigo 85 e 86 da CF/88, em especial com base no artigo 85, incisos II e VI, considerando-se o teor do artigo 166, §5º e 6º da mesma CF/88. Este é o nível do problema.

*Diretor sindical, analista judiciário.

Comando Local de Greve elaborou calendário de mobilização para o interior

Em reunião na noite de 22 de novembro, na sede do sindicato, o Comando Local de Greve (CLG) organizou um calendário de mobilização para o interior – a ação se deu após a análise das ações de greve em todo o estado. O CLG produziu uma ampla mobilização que durou 13 intensos dias, começou por Macaé e Campos e passou por Angra dos Reis, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Petrópolis, Três Rios, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Teresópolis, Itaperuna e Volta Redonda.

O Sisejufe estabeleceu também uma sistemática para a greve dos oficiais de justiça, através do seu Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf). O Nojaf decidiu reafirmar a sistemática já adotada em outras greves: a) plantão funciona normalmente com devolução imediata de mandados; b) cumprimento e devolução de mandados com prazo, especialmente audiências designadas, medidas de urgência e que acarretem perda de direito

ou análise de direito de liberdade (alvará de soltura, por exemplo); e c) os mandados ordinários puderam ser cumpridos mas não devolvidos.

Durante o mês de novembro, principalmente, a diretoria do Sisejufe intensificou a mobilização de greve em todos os foros e tribunais da capital com “arrastões” de convocação e convencimento. Servidores de base também participaram dos arrastões, como Rinaldo Moraes,

analista judiciário há 12 anos, lotado na 12ª Vara Civil. “Temos que parar as atividades de verdade. Não adianta ficar trabalhando internamente e batendo meta. Nossos colegas da 12ª e 14ª elaboraram um sistema de rodízio. Assim, sempre há um grupo no piquete durante todo o dia em frente a JF”, destacou.

Regina Coutinho, outra analista judiciária da 12ª Vara, comenta que “não há essa história de serviços diferentes”. Segundo ela, todos os setores da 12ª combinaram que após a greve irão trabalhar em sistema de mutirão. O objetivo é ajudar uns aos outros para colocar o serviço em dia. “Sou servidora da base, mas tenho consciência de que precisamos parar com tantas desculpas para não estar na greve e achar que só as negociações resolvem. Sem a base parada, não há negociação”, enfatizou Regina Coutinho.

Mobilização intensa também aconteceu no TRF – que fez por muitos dias grandes piquetes de greve. Naquele tribunal, o

diretor sindical Ronaldo das Virgens, juntamente das servidoras Lenilda Nogueira, Kátia Maria Nascimento e Lindalva Pinheiro, percorreram os 22 andares do TRF2 fazendo um arrastão. “Fomos nos gabinetes, nas turmas, nas secretarias, nas divisões, conclamando todos a comparecer à passeata do dia 9 de novembro e conscientizando da importância da presença deles e desta passeata para o movimento”, disse Ronaldo. De acordo com o diretor sindical, ele deixou bem claro que a greve não é apenas o sindicato, mas os servidores – que são quem fazem o sindicato. “Tivemos apoio de diretores de secretaria e subsecretaria e de chefes de gabinete. Muitos até incentivando a participação dos servidores na passeata”, informou Ronaldo das Virgens.

Em dias de mobilização fraca, destaque para os “guerreiros”

Mesmo em dias em que a mobilização era fraca, devido à chuva ou proximidade do fim de semana ou feriados, houve grupos de servidores que fizeram a diferença. Um exemplo aconteceu em 4 de novembro, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) da avenida Venezuela: o piquete de greve contou com 21 “guerreiros”, como destacou o diretor sindical Mario César Pacheco. Uma das “guerreiras” presentes no piquete foi a analista judiciária Eutália Paredes, servidora pública há 13 anos, lotada na 9ª Vara Previdenciária. “Precisamos lutar pela qualidade do serviço prestado aos jurisdicionados e a valorização do servidor da Justiça Federal”, defendeu a analista judiciária.



No TRE Sede, o diretor sindical Moisés Santos também tem mantido um grupo fiel de servidores mobilizados, mesmo com o cansaço e o desgaste natural de tantos dias de movimento. Num ato público na Candelária, no dia 30 de novembro, o diretor sindical Roberto Ponciano sintetizou o sentimento de frustração da categoria, mas conclamou à resistência e a não se fazer “terra arrasada” da greve: “Ninguém tem superpoderes na direção sindical. Somos humanos e por isso estabelecemos prioridades. Temos 13 cidades em greve, temos a Justiça Federal em greve, temos o TRF e o TRE em greve, as zonas eleitorais em greve... isso já muita coisa. Não podemos, nessa altura, retirar esforços de onde a greve acontece e tentar parar setores e cidades que não vão parar. Temos de reconhecer, portanto, o esforço e o avanço de uma direção sindical que parou as zonas eleitorais pela primeira vez, que parou o TRE pela primeira vez, que parou São Pedro da Aldeia, Itaboraí, Itaperuna, Campos, Petrópolis e São Gonçalo pela primeira vez. Isso não é pouco. De fato, os diretores sindicais estão cansados, mas vão manter o foco. Converso com diretores sindicais de outros estados e o quadro se parece – alguns lugares tem grande adesão, outros nenhuma. Vamos brigar até o último dia possível de votação do nosso PCS, até esse dia nenhum diretor sindical vai descansar.”

Da Redação. Fotos: Henri Figueiredo, Max Leone, Tatiana Lima e enviadas por e-mail pelos servidores.



Em pouco mais de 40 dias, o Sisejufe organizou duas grandes passeatas que reuniram mais de 400 servidores e servidoras do Judiciário Federal na luta pelo PCS4

A roda e o braille: duas invenções perfeitas

Oswaldo Fernandes*

Houve época que os humanos transportavam suas cargas sobre roletes de madeira ou pedregulhos que, não obstante amorfos se prestavam a este trabalho. Mas, neste tempo, o humano era analfabeto e nem sequer imaginava em escrever algo se limitando a transmitir conhecimentos e ordens verbalmente. Isto lhe bastava. Um dia, um destes seres percebeu que se este rolete de madeira fosse curto, bem mais largo que comprido lhe seria mais fácil de manusear. Mais tarde percebeu que se colocasse um pau roliço no meio deste outro pau roliço mas bem mais largo, o pau roliço poderia servir de apoio e a carga poderia ser transportada mais longe do chão e a velocidade poderia ser maior e o esforço tanto dos homens quanto dos animais de tração, seria menor. De repente, sem que se houvesse percebido, estava inventada a roda, com eixo e tudo. Os anos, os séculos, os milênios se passaram e ainda hoje, nenhum outro ser humano conseguiu aperfeiçoar este conjunto eixo-roda. O máximo que se conseguiu foi dentar a roda e se lhe deu nome de engrenagem ou se lhe fez um sulco na circunferência e se lhe deu o nome de polia. Mas nada conseguiu fazer uma roda mais redonda que a roda inicial. Então se conclui que a roda nasceu perfeita. Roda é roda e fim de papo!

Mas a escrita foi modificada, apareceram muitos feitos de letras, povos adotaram muitas

maneiras de transmitirem seus conhecimentos e ordens por muitas formas de escritas. Até que, um dia, um jovem que havia ficado cego na infância teve a ideia de escrever com pontinhos, e conversou com um coronel do exército que já havia concebido um sistema de oito pontos para que seus soldados recebessem suas ordens no escuro. Aquele jovem criou um sistema de seis pontinhos e nasceu o braille. Os dias, as décadas e até um século se passaram e nenhum outro ser humano conseguiu aperfeiçoar este sistema de seis pontos. A França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte gastaram fortunas em

A França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte gastaram fortunas em pesquisas para aperfeiçoarem tal sistema e nada. Até hoje o sistema permanece com seis pontos. Até um braille de oito pontos se tentou, sendo logo descartado já que não melhorava a possibilidade de grafia e gasta muito mais papel e espaço que o de seis pontos, que vem se adaptando até mesmo aos códigos ideográficos do Japão e de outros países

pesquisas para aperfeiçoarem tal sistema e nada. Até hoje o sistema permanece com seis pontos. Até um braille de oito pontos se tentou, sendo logo descartado já que não melhorava a possibilidade de grafia e gasta muito mais papel e espaço que o de seis pontos, que vem se adaptando até mesmo aos códigos ideográficos do Japão e de outros países. Então, de novo, nos alarmamos graciosamente com a descoberta maravilhosa de que, assim como a roda, o braille nasceu perfeito. Concluo pois que, até hoje, o humano fez apenas duas invenções que nasceram perfeitas, a saber: a roda, que não se sabe quem a

inventou porque foi resultado de observações e o braille, que se sabe muito bem que foi Louis Braille o seu maravilhoso inventor. Poucos foram tão úteis a um segmento de seres humanos, os cegos, quanto o missionário francês Louis Braille. Portanto, assim como o vidente usa abundantemente sua escrita em tinta para se expressar, usemos também nós cegos, o braille para este mister. Se em um infeliz dia a escrita for abolida da humanidade, o braille também o será. Mas isto nunca acontecerá!

*Afinador de pianos, cego, ex-aluno do IBC.

Segue a luta contra a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PL 8.035/2010)

O Sisejufe juntamente com outras entidades, como a Associação dos Ex-Alunos do Instituto Benjamin Constant e a Associação dos Pais, Amigos e Reabilitandos do mesmo instituto, segue empenhado em alterar o conteúdo presente numa das metas do Plano Nacional de Educação que tramita na Câmara dos Deputados. Tal dispositivo prevê a extinção das atividades escolares em instituições especializadas de ensino a crianças cegas e surdas, como são os casos do IBC e do Ines respectivamente, além de deixar no limbo as crianças com deficiência de zero a quatro anos.

Com o intuito de se promover uma Educação Inclusiva, o MEC pretende jogar crianças com as mais variadas deficiências na chamada Rede Regular de Ensino sem lhes dar quaisquer condições técnicas e ou pedagógicas para tal aventura educacional. “Inclusão não se faz com uma simples canetada!” desabafa o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, ferrenho defensor da coexistência de ambos os modelos educacionais: o Inclusivo e o Especializado.

Desde março, quando estourou a problemática do possível término da escolarização no IBC e Ines, setores da sociedade civil organizada se mobilizaram em defesa de instituições de ensino como as já citadas anteriormente, dentre eles, o Sisejufe e seu Núcleo das Pessoas com Deficiência que imediatamente estava com seu bloco na rua, inclusive fazendo e ajudando a organizar manifestações enfrente ao Benjamin Constant na Urca. “O Sisejufe com dois diretores cegos e ambos oriundos do IBC jamais poderia ficar de fora de um movimento como esse!”

aponta Dulavim de Oliveira Lima Jr., diretor do sindicato. “O MEC jamais nos ouviu e ainda faltou a todos os eventos por nós promovidos aqui no Rio de Janeiro. Para o Ministério da Educação, os mais interessados em tal questão não devem ser ouvidos!”, denuncia Ricardo de Azevedo Soares.

De março para cá, o Sisejufe em conjunto com várias outras associações de segmentos do Benjamin Constant vêm fazendo, além de manifestações de rua, conversas com parlamentares em busca de apoio na alteração do conteúdo da Meta 4. Parlamentares em nível federal, como Alessandro Molon, Chico Alencar, Jean Willis, Otávio Leite, Jandira Feghali e Lindbergh Farias foram contatados e disseram que apoiariam tal demanda. Também na esfera estadual, deputados, como Márcio Pacheco e Robson Leite também prometeram esforços na alteração de tal meta. Dois deputados chegaram a protocolar emendas ao Projeto de Lei 8.035/2010, que foram Otávio Leite e Chico Alencar. Tais emendas foram cunhadas pelas principais associações de segmentos do IBC.

No dia 9 de novembro, os diretores sindicais Dulavim de Oliveira Lima Jr. e Ricardo de Azevedo Soares conversaram com o deputado relator do PL 8.035, Ângelo Vanhoni (PT-PR), em meio a uma Sessão da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados. O encontro foi articulado por Ronald Pinto, assessor do senador Wellington Dias. Os diretores do Sisejufe expuseram toda a situação ao parlamentar e o informaram de toda a insatisfação dos segmentos do IBC e do INES acerca do conteúdo da Meta 4 do PL. Na opinião do deputado, a Meta 4

Na semana de fechamento desta edição de Ideias, foi apresentado pelo deputado Ângelo Vanhoni, relator do PNE, seu parecer à Comissão de Educação da Câmara e com isso foi aberto o prazo de cinco sessões para possíveis e prováveis emendas. O texto da Meta 4 e suas estratégias de fato sofreram alterações redacionais e de conteúdo, conforme havia garantido o próprio relator aos diretores do Sisejufe, Dulavim e Ricardo em Brasília. “Nós do Movimento contrário à Meta 4 do PNE nos reuniremos imediatamente para analisarmos e traçarmos estratégias de ação. Vamos ver se será necessário emendarmos mais uma vez ou não o texto do PL 8.035/2010. De início podemos afirmar que uma das incongruências do projeto foi mantida no novo texto que é o atendimento apenas para as pessoas de 4 a 17anos e não na plenitude de zero em diante, como defendemos. Notamos que de alguma maneira foi garantida a educação especializada, contudo, de uma forma um tanto quanto capciosa”, analisa Ricardo de Azevedo Soares.

será inevitavelmente alterada. Vanhoni informou que seu relatório já estava pronto e que os sindicalistas poderiam voltar ao Rio de Janeiro e dizer que a Meta 4 seria modificada com certeza.

De acordo com Ricardo de Azevedo Soares, “as palavras do deputado relator do PNE dão um pouco de tranquilidade aos segmentos de deficientes

visuais e auditivos de todo o país que desde março vivem desesperados e preocupados com o futuro. Vamos agora aguardar a leitura do relatório para analisarmos e vermos o que faremos e como agiremos dali em diante”.

Da Redação.

A Batalha de Stalingrado

A Segunda Grande Guerra cobrou quase 60 milhões de vidas. Todo o ano vemos a comemoração da Invasão da Normandia, uma batalha que passou a ser designada como o “Dia D” da Segunda Grande Guerra e denominada de forma mentirosa pelos historiadores ocidentais como a mais importante batalha da luta contra os nazifascistas. Como uma mentira dita mil vezes acaba por virar uma verdade, vamos relatar e recobrar historicidade da resistência soviética ao nazismo e mostrar porque a Batalha de Stalingrado foi a maior e mais decisiva batalha daquele conflito.

Roberto Ponciano*

Antes de tudo é interessante mostrar que o regime nazista de Hitler nada tinha em comum com o Socialismo Soviético. Por mais que tenha havido terríveis erros na condução do Socialismo Russo, ele era o grande inimigo a ser batido, o país dos soviéticos que tinha de ser banido do mapa, o inimigo principal da Alemanha Hitleriana. Desde a ascensão de Hitler ao poder que a União Soviética denunciava aos aliados (França, Inglaterra e Alemanha) o rearmamento alemão e os planos imperialistas expansionistas germânicos. Os aliados não só fingiam não ver a escalada alemã, como exultavam com a possibilidade de uma guerra alemã à União Soviética.

Durante a Guerra Civil Espanhola, enquanto a Luftwaffe alemã pode impunemente rasgar os céus franceses para bombardear os soldados e as cidades republicanas, o governo francês proibiu que o Exército Vermelho passasse pela França para combater ao lado dos republicanos e dificultou sobremaneira o envio de armas pela União Soviética aos resistentes da República assassinada. O resulta-

do histórico disto todos já sabem, mas há um outro, a Alemanha nazista pode treinar táticas de guerra aérea impunemente com as bênçãos de todas as potências “liberais e democráticas”.

Diante da imobilidade e da simpatia do Ocidente frente à Alemanha Nazista nasce o pacto de não-agressão germano-soviético. O pacto jamais foi um pacto de cooperação militar. A diplomacia dos dois países jactava-se de ter tido uma vitória política sobre o outro. Pelo lado alemão, Hitler achava que com o pacto poderia operar mais livremente a guerra contra o resto da Europa, pelo lado soviético, Stalin acreditava que entrar em guerra contra a Alemanha naquele momento seria suicídio, e que era necessário um esforço concentrado de guerra para fazer frente ao inimigo.

Ambos queriam ganhar tempo para um confronto que viria mais tarde. A história provaria quem estava correto. Na URSS, o dia de trabalho que já era de 8 horas por dia em 1927 (é bom lembrar que no Brasil esta conquista data de 1988) foi estendido para 12 horas e indústrias inteiras foram mudadas para equipamentos bélicos para o esforço de guerra.

Houve um grande erro estraté-

gico diante do pacto. Stalin considerou que a Alemanha Nazista só teria condições de invadir a URSS em 1943 e se descuidou de sua defesa (embora os soviéticos nunca tenham alimentado ilusão de que não haveria luta contra o nazismo). Assim, quando a Alemanha invadiu a União Soviética, em julho de 1941, em que pese todo o esforço industrial de guerra, parecia efetivamente que em meses a União Soviética deixaria de existir. De um total de 7,5 mil aviões, os soviéticos perderam 4 mil só na primeira semana. Considera-se que a URSS perdeu 80% da aviação e mais de 50% dos tanques nos dois primeiros meses do ataque alemão.

Até outubro de 1941, os nazistas já haviam cercado Leningrado e estavam às portas de Moscou. Até novembro, o saldo de destruição era tamanho que não se podia imaginar que ainda havia resistência: 670 mil soldados soviéticos capturados, destruídos 3,2 mil tanques, 15,5 mil aeronaves (lembrem que a URSS só tinha 7,5 mil no início da guerra, ou seja, havia sido dizimada duas vezes a força aérea russa), 57, 6 mil veículos, 1,2 mil peças de artilharia e 1,2 mil locomotivas.

O Mito do General Inverno

Há um mito ocidental de que os russos só conseguiram derrotar os alemães por conta do “General Inverno”. É verdade que a chegada do pesado inverno atrasou a guerra alemã, mas os alemães não foram parados só pela neve, e não foram derrotados por ela. Foram derrotados inclusive no campo da tecnologia e da produção, pela capacidade da URSS se reorganizar em meio ao cataclisma e produzir aeronaves e tanques em tempo recorde. Campos inteiros eram queimados e indústrias eram desmontadas em dias e remontadas na retaguarda. O soldado soviético, vendo que o inimigo alemão assassinava impiedosamente até os civis, passou a combater até a morte. Na retaguarda alemã uma incrível guerrilha começa a minar a força e o ânimo dos combatentes germânicos.

O frio fez estragos grandiosos no lado soviético. Sitiados em Leningrado, 1 milhão de pessoas morreram de fome e frio. Só que o Exército soviético estava tecnologicamente melhor preparado para o frio. Desde as vestimentas, até o tanque e o óleo. Enquanto o óleo dos ae-



“Neste instante estamos em combate cruel, de vida ou morte. O nosso tanque foi danificado. Por todos os lados vejo soldados nazifascistas. O dia todos estamos rechaçando o ataque. A rua está cheia de corpos em uniformes verdes. Ficamos com vida, Pavel Abramov e eu. No tanque furado igual pe-neira e todo escangalhado. Não temos uma gota de água sequer. O tanque estremece com os golpes do inimigo, mas, por enquanto estamos com vida. Já não temos projéteis. A munição está se esgotando. Pável atira contra os inimigos com tiro certeiro, eu estou “conversando” com você, como sempre. A sua fotografia está em meus joelhos. Eu sei que é a última vez... Através das brechas no tanque eu vejo as árvores verdejantes, flores no jardim – de cores vivas, vivas. Vocês que sobreviveram à guerra, terão após a guerra uma vida tão linda, como essas flores e serão felizes. Por uma vida assim não temo a morte.”

Carta de Alexandr Golikov encontrada no tanque em que foi morto pelos alemães.

romotores alemães congelava nos tanques e não os deixava decolar, a força aérea soviética, na mesma velocidade que perdia aviões, os fabricava, e conduzia missões consideradas impossíveis em pleno inverno.

Dos sucessos iniciais de 1941 e 1942, a Luftwaffe alemã começou a ser batida no ar pela aviação russa em 1943, em maior número e, agora, desenvolvendo em plena guerra aviões tão ou mais velozes que os alemães, capazes de abater os antes inexpugnáveis inimigos aéreos. No chão, os Panzers perderam sua superioridade. Se no início da guerra os Panzers enfrentam os obsoletos B50 soviéticos, estes sendo destruídos na proporção de 2 por 1, agora enfrentavam os terríveis T34. Mais velozes, melhores blindados, melhor manobráveis no terreno difícil, com um alcance de tiro maior. Pela primeira vez durante a guerra os nazistas enfrentam um inimigo que tinha superioridade na batalha dos tanques. Isto afeta o ânimo alemão. Divisões inteiras são destruídas em batalhas de tanques descomunais onde os T34 precedem ao avanço das tropas russas.

Os dias decisivos em Stalingrado

Stalingrado também estava cercada desde julho de 1942. Um monte de ruínas com soldados soviéticos escondidos praticamente nos entulhos e nos subterrâneos da cidade, era a última cidadela contra o avanço do Exército Alemão rumo ao Petróleo e o trigo dos campos soviéticos: 70% de toda a força militar do Eixo encontrava-se na URSS naquele momento (incluindo suas tropas mais capazes). Hitler queria capturar Stalingrado e seguir rumo a Leste, para se juntar aos japoneses que estavam prontos para invadir a Índia e, rumo ao Sul, para juntar as tropas de Rommel que combatia no Oriente.

Numa resistência tenaz, a cidade resiste 200 dias, cercada, com fome, muitas vezes com dificuldades de se abastecer de munições. Três exércitos alemães, dois romenos, um húngaro e um italiano cercam Stalingrado. A situação parecia pender para a

Alemanha, mas, devido à grande resistência militar, ao grande esforço do povo soviético durante a guerra para suprir o Exército Vermelho e a superioridade tecnológica e bélica conseguida devido a isto, a cidade não só resiste, na batalha mais sangrenta da história, mas, incrivelmente, os soviéticos contra-atacam e aí começa o fim do nazifascismo.

Os exércitos soviéticos conseguem, com a ajuda da força aérea e dos T34, flanquear os exércitos romenos e cercam aproximadamente 300 mil soldados alemães em novembro de 1942. Os alemães ainda resistem dois meses, mas em 16 de janeiro de 1943 o general Paulus entrega-se com o remanescente do seu exército. Na batalha de Stalingrado, os soldados do Eixo haviam perdido cerca de 800 mil homens, o Exército Vermelho havia perdido 1 milhão e 100 mil (o Exército Americano, durante toda a guerra, perdeu 300 mil).

Depois da derrota em Stalingrado, a máquina bélica alemã foi completamente desbaratada, os soviéticos bateram as tropas alemãs até Berlim. Os aliados não invadiram a Normandia senão depois da vitória soviética em Stalingrado (embora Stalin clamasse por esta invasão fazia tempo) e a celeridade na invasão da Normandia se deveu principalmente ao medo de que URSS tomasse toda a Alemanha sozinha, já que efetivamente a Alemanha, militarmente, já estava irremediavelmente derrotada. Fica claro então que os verdadeiros “dias D” da Segunda Guerra se deram na batalha de Stalingrado – mesmo que não houvesse a invasão da Normandia, os nazistas teriam sido vencidos sozinhos pelo Exército Vermelho que já havia derrotado o grosso das tropas alemãs e as estava empurrando de volta para o Reich. Cerca de 27 milhões de soviéticos morreram na luta contra o nazifascismo.

*Diretor de Imprensa do Sisejufe. Este texto é parte do livro “Notas Políticas”, lançado em 28 de novembro de 2011, que reúne escritos do autor durante dez anos.

Nada a comemorar no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

Mais um Dia Internacional da Pessoa com Deficiência se passou, em 3 de dezembro, e as pessoas com deficiência nada têm a comemorar. Mesmo com o lançamento do Programa Viver Sem Limites, do governo federal, a problemática vivida pelas pessoas com deficiência no Brasil parece não ser enfrentada de frente pelas autoridades públicas. Os deficientes estão fartos de serem tutelados pela sociedade de um modo geral, seja a tutela governamental que sempre sabe “o que é melhor” para o deficiente e se esquece de ouvir e debater com o próprio deficiente, seja pelas demais pessoas no dia a dia de um deficiente.

Ricardo de Azevedo Soares*

As pessoas, de maneira geral, consideram sempre que sabem o que é melhor para o deficiente e não estão nem aí para a opinião do maior interessado: o próprio. Vivemos numa sociedade onde o preconceito se arrasta e domina todas as camadas sociais, da mais alta a mais marginalizada. Vivemos o preconceito de duas formas: aquele originado pela ignorância, o desconhecimento, e aquele outro que mesmo tendo o conhecimento, insiste-se em tê-lo, como no caso do preconceito racial também sofrido pelas pessoas com alguma deficiência. Para se combater esse mal é necessário haver mudanças atitudinais e formas de concepções precisam ser modificadas. Isso tudo, porém, é um processo e, como todo processo cultural, demanda tempo e vontade política dos atores sociais.

Nós deficientes estamos fartos de sermos tutelados e cansados dessa de termos sempre

alguém que sabe o que é melhor para nós. Vejam a questão que está sendo imposta pelo governo através da Meta 4 constante do Projeto de Lei 8.035/2010, o Plano Nacional de Educação: tal dispositivo prevê o fim da escolarização em instituições especializadas de ensino para deficientes. Tal entendimento é capitaneado por alguns pedagogos, muito bons teóricos, porém com pouquíssima prática e ou vivência naquilo que é realizado nessas escolas especializadas. Esse entendimento foi levado à condição de projeto de lei, sem qualquer debate com os principais interessados nessa mudança. Os deficientes, principalmente os cegos e surdos, precisam de ensino especializado e o que desejam os intelectuais de gabinete, na verdade, é jogar as crianças com deficiência em salas de aula sem qualquer estrutura pedagógica, fazendo assim uma verdadeira exclusão social, pois essas crianças jamais conseguirão ficar em pé de igualdade com os demais colegas ditos normais.

Afora isso, sempre há grupos ou segmentos na sociedade que querem se valer de direitos conquistados pelas pessoas com deficiência sem serem de fato detentores de tais direitos. Vejam o caso dos monolares, que são pessoas que possuem visão em apenas um dos olhos. Note-se que um dos olhos é plenamente normal, não o dificultando para nenhuma tarefa do cotidiano em geral. É claro que essas pessoas ficam impedidas de pilotarem avião, de serem militares ou de desempenharem certas funções que quaisquer outras pessoas com algum grau de miopia, por exemplo, também são impedidas e, nem por isso, são dados a elas o direito inerente apenas aos deficientes. Os monolares já conseguiram com que várias decisões judiciais, até mesmo súmula do STJ, lhes fossem favoráveis e têm até projeto de lei que visa garantir igualdade e equiparação àqueles que de fato e de direito são considerados DEFICIENTES, como no caso de Reserva de Vagas em Concurso

Público e também na área privada. Ora, uma pessoa monocular não requer adaptações no trabalho; já uma pessoa cega, por exemplo, as adaptações e gastos com programas de computador serão imprescindíveis e inevitáveis. Então, vai ser muito mais negócio para o patrão contratar um funcionário monocular que um cego, obviamente, e repare que isso tanto na iniciativa privada, quanto na pública.

Sim, não tivemos muito o que comemorar nesse 3 de dezembro. Vivemos tempos difíceis e o futuro que se avizinha se mostra sombrio e farto de desrespeitos e autoritarismos. Queremos e exigimos respeito e dignidade. Não queremos e rechaçamos de pronto quaisquer comiserações sociais ou piedade. Não queremos ser “coitadinhos”, mas cidadãos plenos com direitos e deveres.

*Diretor sindical, cego, é coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe.

Movimentos de “indignados” e estudantes se espalham pelo planeta lutando contra o “sistema”, o capitalismo, a privatização do ensino e recebendo em troca a repressão dos governos e a quase indiferença e/ou deturpação da velha mídia. Os ativistas da “democracia real”, no entanto, parecem mesmo não saber ao certo o que colocar do lugar de “tudo o que está aí”

OCUPAR A PRAÇA, OCUPAR O PRÉDIO, OCUPAR-SE



Estudantes da USP ficaram detidos em ônibus no pátio da 91ª Delegacia de Polícia, de São Paulo, por mais de 17 horas antes de serem liberados sob fiança, no dia 8 de novembro

Mas e a mídia e a política, quando serão ocupadas?

Texto e fotos

Vinicius Souza*
Maria Eugênia Sá*

Quando uma assembleia já esvaziada votou pela ocupação do prédio da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) para exigir o fim do convênio com a Polícia Militar, após um número bem maior de estudantes optar pela desocupação das instalações da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o grupo de ativistas que montou suas barracas no escritório do reitor parecia fadado a não ser compreendido nem por seus colegas. Afinal, não tinham sequer o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ainda assim, na noite em que se encerrava o prazo estipulado pela Justiça para a desocupação (7 de novembro), mais de 600 estudantes votaram pela manutenção do protesto. Ao mesmo tempo, jornalistas enviados para cobrir a manifestação aguardavam apenas que houvesse alguma confusão, providenciada por um fotógrafo provocador e um “estudante” que ninguém na assembleia conhecia, para preparar as manchetes do dia seguinte (algo como “Alunos atacam a imprensa!”), desligar os equipamentos e se recolher.

Ninguém esperava que 400 homens da tropa de choque, Rocam e Cavalaria invadiriam o prédio na madrugada para prender 72 ativistas acusados de desrespeitar uma ordem judicial, deprestar patrimônio público, crime ambiental e talvez até formação de quadrilha. Não foi oferecida resistência mas, mesmo assim, a polícia impediu o acesso da imprensa, usou bombas de efeito moral para evitar a aproximação de outros alunos das residências estudantis e arrebentou grossas portas externas de aço para entrar. Não é possível saber o que foi destruído internamente pelos PMs que, segundo os alunos, teriam forjado ridículos coquetéis molotov (com apenas um dedo de combustível por garrafa) para incriminá-los ainda mais. Os estudantes ficaram detidos em



O principal problema de todas as manifestações estudantis, de desempregados, indignados, acampados e anticapitalistas que têm se espalhado pelo mundo nos últimos dois anos é que todos sabem o que não querem, mas não conseguem se organizar para propor alternativas viáveis seja no curto, médio ou no longo prazo



ônibus no pátio da 91ª Delegacia de Polícia por mais de 17 horas antes de serem liberados sob fiança. Dessa vez aceitaram a ajuda de advogados do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento que era político mas não partidário, abriu a primeira brecha aos partidos políticos tradicionais.

Manipulação explícita da informação facilitada pelo vácuo de lideranças

No dia seguinte, a mídia hegemônica estampou nas capas “os rebeldes maconheiros vestindo

camisetas GAP” e os editoriais raivosos clamavam por punições exemplares. Num deles, o editorialista, que também é colunista de uma grande rede de TV, conseguiu juntar em um único parágrafo Irã, Farc e México para ligar os estudantes ao terrorismo e narcotráfico internacionais. No jornal matutino de outra grande rede de TV, os apresentadores riam entre si desdenhando da possibilidade de uma greve de estudantes votada por cerca de 3 mil alunos na noite anterior (– Isso funciona? – Imagina, eles vão se prejudicar!). E, claro, não faltaram imagens da suposta

*Jornalistas

Mesmo com o entendimento geral de que o sistema capitalista está podre e é incapaz de fornecer as condições mínimas de sobrevivência da maioria da população, as mudanças políticas impulsionadas pelas manifestações estão muitas vezes transferindo ainda mais poder aos bancos, aos militares e à direita reacionária

agressão aos repórteres, e nem dos supostos coquetéis molotov. Três dias depois, nenhum dos dois principais jornais de São Paulo deu destaque à passeata, novamente com mais de 3 mil estudantes, pelo centro da cidade. Um utilizou a palavra “transtorno” como chamada da pequena matéria interna, enquanto outro trazia um quadro para “explicar” que tudo começou por causa da tentativa de detenção de três estudantes que fumavam maconha no estacionamento da FFLCH duas semanas antes. Absolutamente NENHUM “jornalista” da velha imprensa se dignou a buscar no blog do movimento as reais reivindicações.

O “mal entendido”, contudo, não é culpa só da imprensa. Sem lideranças definidas, formação política sólida, filiação partidária ou sindical, os estudantes encontram graves dificuldades em articular um discurso que envolva toda a sociedade e vá além dos blogs e redes sociais. Conseguir colocar suas reivindicações numa mídia tradicionalmente crítica aos movimentos sociais, então, nem pensar! Na rua, o máximo que conseguiam era gritar palavras de ordem como: “mas que vergonha, achar que a greve é por causa de maconha”. Esse é, aliás, o principal problema de todas as manifestações estudantis, de desempregados, indignados, acampados e anticapitalistas que têm se espalhado pelo mundo nos últimos dois anos. Todos sabem o que não querem, mas não conseguem se

organizar para propor alternativas viáveis seja no curto, médio ou no longo prazo. E muito menos emplacar matérias na imprensa hegemônica que reflitam suas reivindicações. O resultado é que mesmo com o entendimento geral de que o sistema capitalista está podre e é incapaz de fornecer as condições mínimas de sobrevivência da maioria da população, as mudanças políticas impulsionadas pelas manifestações estão muitas vezes transferindo ainda mais poder aos bancos, aos militares e à direita reacionária.

Senão vejamos. Via de regra as mobilizações começam com os estudantes lutando por reivindicações básicas como mais investimentos na educação pública, democracia nas universidades e contra a privatização do ensino. Como isso vai contra a receita neoliberal de corte de gastos aplicada pelos financistas na maior parte dos países a partir da crise bancária de 2008, os protestos são reprimidos com violência pelas forças de segurança. O grande número de feridos, presos e até mortos leva a uma maior visibilidade das manifestações e à adesão de outros setores da sociedade como imigrantes, desempregados, endividados e pessoas que perderam suas casas. Desiludidos com a democracia representativa refém do sistema financeiro, eles não se associam a figuras do cenário político e nem aos partidos tradicionais que, se quisessem, teriam o instrumental teórico e técnico para dar consistência a mudanças reais na estrutura



de poder. A repressão cresce junto com a recessão mas os governantes não conseguem diminuir os déficits e perdem apoio interno da classe política. Cai o governo de plantão e assume um novo “gerente” que apenas aprofunda as medidas de arrocho. Os manifestantes tentam “novas” formas de protesto ocupando praças e prédios públicos enquanto a pauta de luta se amplia e se dissipa com exigências como a queda do regime, melhor distribuição de renda, mais impostos para os ricos, o fim do capitalismo, das guerras imperialistas e da proibição do uso de drogas...

Na Espanha, o berço desse modelo de movimento

Foi quase exatamente isso que ocorreu na Espanha, berço do formato atual dos acampamentos e onde a expressão Ocupe-se, de arrumar emprego ou ocupação num país com mais de 30% dos jovens desempregados, gerou o Ocupa ou Occupy de centenas de

cidades pelo mundo. Mas os resultados do pleito de 20 de novembro são desalentadores. O Partido Socialista Operário Espanhol (na verdade de linha social democrata), do celebrado presidente de governo José Luis Rodriguez Zapatero, teve sua pior derrota na história. Venceu com ampla maioria no Congresso o Partido Popular, de inspiração franquista (extrema direita). O futuro mandatário, Mariano Rajoy, já disse logo no discurso da vitória que não promete nada e não haverá milagres. Ele se comprometeu, ainda, com a pauta de “ajustes” na economia exigidos pelos bancos europeus e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Vale ressaltar, contudo, que talvez a maior parte dos cerca de 7 milhões de espanhóis que tem se manifestado nas ruas e ocupado espaços como a Praça do Sol em Madri desde 15 de maio desse ano (15M, data de uma grande repressão da polícia sobre jovens, estudantes, sem teto e desem-

pregados em manifestação pacífica) não tenham ido às urnas.

Afinal, a abstenção chegou à casa dos 46%, a maior em mais de uma década. Além de indignados, os espanhóis estão desiludidos com um sistema praticamente bipartidário no qual nenhum candidato representa de fato os interesses da população. E como o 15M prega a democracia direta das assembleias e não possui, portanto, lideranças, não tem nomes alternativos dentro da política tradicional. Por mais que gritem “não nos representam”, seguirão governados de fato pelos representantes do um poder altamente contaminado pelos interesses do mercado financeiro e sem nenhum compromisso nem com quem votou neles.

Em outros países, já não existe sequer um verniz de democracia. Na Grécia, que cunhou o termo que significa “governo do povo”, depois de dois anos de violentos conflitos nas ruas entre a polícia e a população que pedia mais empregos e melhores condições de vida, o primeiro-ministro do Partido Socialista (Pasok), George Papandreu, foi obrigado em novembro por França e Alemanha a voltar atrás na proposta

de um referendo popular sobre a “ajuda financeira” da União Europeia (vinculada a um novo pacote recessivo) e a renunciar para deixar o cargo livre para o ex-vice-presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos. Estranhamente, os protestos de rua “desapareceram” dos jornais e TVs, focados agora em anunciar o périplo do novo chefe de governo em busca de empréstimos.

De forma semelhante, o primeiro-ministro “bunga-bunga” Silvio Berlusconi encenou sua última farsa no parlamento italiano exigindo a aprovação de um pacote de arrocho na economia para renunciar. Ele deu lugar a Mario Monti, economista que fez parte por dois mandatos da cúpula financeira da Comissão Europeia e havia sido nomeado dias antes, sem qualquer tipo de eleição, senador vitalício pelo presidente Giorgio Napolitano. Os bancos tomaram as nações endividadas assim como tomam residências cujos proprietários não conseguem pagar as prestações da hipoteca. De nada adiantaram os protestos dos “moradores” e não se sabe se terão que procurar “outro teto”. Na mídia, ainda controlada em boa parte por Berlusconi, o cenário é pacífico.

Desiludidos com a democracia representativa refém do sistema financeiro, eles não se associam a figuras do cenário político e nem aos partidos tradicionais que, se quisessem, teriam o instrumental teórico e técnico para dar consistência a mudanças reais na estrutura de poder

No Egito e Tunísia, depois de centenas de mortes pelos soldados, a mobilização popular (e não “os mercados”) derrubou os regimes ditatoriais de Zine Ben Ali e Hosni Mubarak. Foram as duas primeiras “vitórias” da chamada Primavera Árabe. Mas os sistemas de governo e a situação da maioria dos tunisianos e egípcios continua praticamente inalterada. Se ainda é muito cedo para dizer o que o partido islâmico vencedor em Túnis vai fazer após ganhar as eleições no final de outubro, no Cairo ainda não se sabe se ou quando

haverá votações. No momento em que fechamos esse artigo, a Praça Tahir, primeira a ser ocupada por manifestantes nesse novo tipo de protesto, estava novamente lotada de gente acampando e protestando contra os militares (mais de 70% ocupantes de cargos do antigo regime) que governam interinamente. Já eram pelo menos 40 mortos, 1,5 mil feridos e contando. Entre os presos, três estadunidenses estudantes da Universidade Americana acusados de jogar coquetéis molotov contra os policiais que reprimiam as manifestações. A escolha de um ex-ministro de Mubarak como primeiro-ministro e o anúncio do início do processo eleitoral ainda em novembro não acalmaram a população que apesar da grande mobilização não conseguiu organizar partidos, escolher candidatos, apresentar propostas...

Nos EUA, o Nobel da Paz permite a prisão dos manifestantes

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o governo do Prêmio Nobel da Paz, Barack Obama, usa as leis de exceção do Patriotic Act e a nova e bilionária Agência de Segurança Interna, criadas por George W. Bush logo após o 11 de setembro de 2001, para destruir as Ocupações que se espalharam por várias cidades. Uma das mais estruturadas, numa praça bem ao próxima ao ter-





reno onde ficavam as Torres Gêmeas em Nova Iorque, foi desocupada com violência à 1h da manhã e sem qualquer aviso prévio em 15 de novembro. A imprensa foi impedida de acompanhar a ação e 300 pessoas foram detidas.

Os protestos continuam, assim como a repressão cada vez mais violenta, incluindo jatos de spray de pimenta jogados nos olhos de manifestantes sentados em uma universidade na Califórnia. Mas até agora nenhum grande jornal contabilizou o número total de feridos, de detidos e sua situação legal, dando a entender que são todos casos isolados. Com eleições presidenciais marcadas para 2012, é provável que ocorra o mesmo que aconteceu na Inglaterra onde, na esteira da crise e da repressão violenta às passeatas estudantis de 2009, saiu o trabalhista-belicista Tony Blair e entrou o conservador David Cameron, que agora tenta na justiça britânica uma ordem de reintegração de posse para desocupar o acampamento do Occupy London. Dificilmente um bom slogan e cartaz pop poderão salvar o emprego de Obama.

O exemplo de Rondônia: reivindicações objetivas e vitória

No entanto, nem só de derrotas políticas vivem os atuais movimentos juvenis, espe-

cialmente quando as reivindicações são claras e objetivas. Na Universidade Federal de Rondônia (Unir), a greve de quase 80 dias de professores e alunos, mais a ocupação de 50 dias da reitoria pelos alunos, mesmo com ameaças anônimas de morte contra membros do movimento, levaram à queda do reitor Januário Amaral, acusado de má administração e corrupção. Ele, por sua vez, saiu dizendo que as manifestações nunca foram por melhorias no ensino, mas “políticas” (sic) e motivadas por homofobia, já que ele é gay...

Em outros países, a repressão que dá visibilidade às manifestações leva à adesão de maiores parcelas da população, mesmo com o boicote midiático. Na Colômbia, por exemplo, mais de meio milhão de estudantes de 32 universidades estão em greve desde 12 de outubro contra as propostas de privatização do ensino. Quando 80 mil pessoas tomaram as ruas de Bogotá no dia 10 de novembro, furando o bloqueio dos meios de comunicação hegemônicos (muitos pertencentes à família do presidente Juan Manuel Santos), a maior manifestação pública em mais de 10 anos conquistou a retirada do Congresso do Projeto de Lei 30, que mudava a regulação da educação superior.

É mais do que conseguiram até agora os estudantes chilenos, em greve há quase oito meses e que contabilizam centenas de detidos, milhares

de feridos e dois mortos, entre eles um secundarista menor de idade. Lá, o presidente Sebastián Piñera, dono do canal de TV Chilevisión, aceitou a renúncia do oficial que comandava a operação em que os adolescentes foram mortos. Contudo, ainda não cedeu um milímetro às reivindicações de ensino gratuito, universal e de qualidade num país que tem um dos custos escolares mais altos da América Latina. Importante salientar, ainda, que mesmo não sendo divulgado pelos jornais, ao menos 20 jornalistas, muitos de grande agências internacionais, foram agredidos, torturados, detidos e tiveram seus equipamentos apreendidos ou quebrados pelos carabineros chilenos. É bom lembrar que se em movimentos desse tipo normalmente os estudantes são as primeiras vítimas, os jornalistas vêm logo em seguida, mesmo os que cumprem com fidelidade canina as pautas ditadas pelos donos dos meios de comunicação hegemônicos.

Mas a luta continua, como diziam os velhos comunistas. No último dia 24 de novembro (chamado 24N em referência ao 150 que levou a várias acampadas em todo o mundo em 15 de outubro, como o AcampaSampa, e ao 15M) estudantes de diversos países do continente organizaram pela internet marchas latino-americanas de luta pela educação pública. Cada país com suas próprias bandeiras, apesar de

não serem tão diferentes.

No Chile, a marcha, proibida pelo governo, reuniu perto de 12 mil manifestantes em Santiago e teve pelo menos 30 detidos. Na Colômbia, até os jornais tradicionais admitiam que mais de 9.000 pessoas participaram da marcha em Bogotá para ampliar as conquistas com reivindicações como a retirada dos militares e polícia dos campi universitários. As autoridades reportaram que não houve incidentes, mas entidades de direitos humanos denunciaram a prisão de pelo menos 30 estudantes e dez feridos graves, incluindo um com sérias queimaduras causadas por uma bomba de gás lacrimogêneo estourada em sua cara.

No Brasil a maior manifestação foi na Avenida Paulista, com quase 4 mil pessoas. Ao “Fora PM da USP”, somaram-se reivindicações como 10% do PIB para a educação, a saída do reitor João Grandino Rodas e eleições diretas para a reitoria, além da expectativa da ida do governador Geraldo Alckmin para a “aula de democracia” que ele disse que os estudantes deveriam ter. O noticiário noturno das TVs e jornais do dia seguinte, no entanto, deram destaque às complicações ao trânsito de São Paulo e não houve qualquer conexão com as manifestações em outros países ou outros movimentos como os Ocuppies. É preciso ocupar mais do que ruas, praças e reitorias! ■

Manda quem pode, desobedece quem tem juízo

Três anos após o grande colapso neoliberal, o mundo corporativo luta para conservar o *status quo* e retroalimenta estruturas arcaicas de poder. A novidade são os movimentos com lideranças “horizontais” que subvertem a lógica da hierarquia

Henri Figueiredo*

Em outubro de 2008, *Ideias em Revista*, em seu número 21, era a primeira revista do movimento sindical brasileiro a afirmar, diante da crise daquele ano, o que hoje é um consenso nos meios acadêmicos, financeiros e políticos: a queda irremediável do modelo neoliberal como alternativa para um mundo multipolar e plural.

Dizíamos, naquela edição, que as relações de poder desde a família patriarcal, passando pelas relações trabalhistas e desaguando na macropolítica, estavam num curso irremediável de transformação – somente pelo qual poderia ser construído um novo paradigma socioeconômico para o século XXI. Paradigma este que contemplasse a cooperação e as relações horizontais de poder em detrimento da competição e das relações verticais e hierarquizadas de comando.

Mais do que brandir a dogmática socialista, entrevistamos a necessidade de que os conceitos de democracia e participação popular (as tais relações

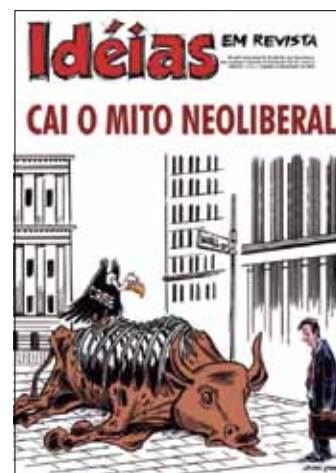
horizontais) permeassem as diversas camadas da sociedade – inclusive, e principalmente, o Poder Judiciário, para o qual escrevemos.

Leonardo Boff, na abertura do livro “O princípio da Cooperação – Em busca de uma nova racionalidade”, de Maurício Abdalla, constata que no modelo societário vigente só o mais forte triunfa: “Os outros ou se agregam como subalternos ou desaparecem. O resultado desta lógica de competição com todos é duplo: de um lado, uma acumulação fantástica de benefícios em poucos grupos; do outro, uma exclusão fantástica da maioria das pessoas, dos grupos e das nações”. Para Boff, a saída para um novo sonho civilizatório é a nossa transformação em seres cooperativos. “Importa assumir, com absoluta seriedade, o princípio do Nobel de Economia John Nash: o princípio ganha-ganha, no qual todos saem beneficiados sem haver perdedores. Para conviver humanamente inventamos a economia, a política, a cultura, a ética e a religião. Mas nos últimos séculos o fizemos

sob inspiração da competição que gera o individualismo. Esse tempo acabou. Agora temos que inaugurar a inspiração da cooperação que gera comunidade e a participação de todos em tudo o que interessa a todos”, afirma o teólogo.

O Ocupa Rio no contexto cooperativo

Quando o estadunidense Henry David Thoreau escreveu, em 1848, da cadeia, o pequeno



volume “A Desobediência Civil” inaugurou um paradigma dual: a um só tempo de resistência e de ativismo. O livro influenciou profundamente Mahatma Gandhi, Leon Tolstói, Martin Luther King e tantos outros. Thoreau defendeu o Direito à Rebelião e se colocou contra a escravidão, pelos direitos das mulheres, em defesa do meio ambiente, contra a discriminação étnica e sexual. A escolha de Thoreau foi a de não compactuar com a





Carlota Gomes: em 6 de dezembro, a ativista do Ocupa Rio reuniu-se com companheiros e pequenos estudantes para pressionar vereadores

injustiça, a prepotência, a arrogância e o saque – ainda que se tivesse pago a sua parcela de imposto, rico que era, o governo certamente o teria deixado em paz. Os conceitos lançados em “A Desobediência Civil” são tão ou mais subversivos hoje, 163 anos depois. Nada mais perigoso para o mercado, ou para os consensos, do que os que estão fora deles não por exclusão mas por opção. Eis o caso de alguns desses jovens ativistas dos movimentos Occupy.

O movimento Ocupa Rio, ainda que de forma intuitiva e autodidata, mostra-se herdeiro da melhor linhagem thoreauiana. Com isso concorda a professora Carla Gomes, 30 anos, mais conhecida como Carlota. Ativista de primeira hora do Ocupa Rio, Carla participou ativamente do movimento estudantil universitário, chegou a ir a Congresso da UNE, mas nunca militou em correntes ou tendências partidárias. “Os partidos me assustam”, ela deixa escapar entre uma resposta e outra. Em seguida, a professora admite que a “horizontalidade” a que se propõe o Ocupa Rio

talvez o aproxime, do ponto de vista de filosofia política do Anarquismo. “Mas o foco é reunir as pessoas, o foco é a cooperação entre movimentos e a inadequação ao sistema capitalista”, explica.

Na tarde de 6 de dezembro, Ideias em Revista encontrou Carlota com outros integrantes do Ocupa Rio e algumas crianças da rede pública de Educação. Estavam na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, onde foram pressionar os parlamentares a destinar os 25% legais na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 para a Educação. “Nos reunimos com outro movimento, o Meu Rio, chamamos estudantes e professores para hoje estar aqui e pressionar os vereadores. Há pelo menos 17 anos não se cumpre essa lei. Isso quer dizer que uns R\$ 7 bilhões foram desviados da Educação nestes anos todos. Eles só vêm destinando 18% dos 25% que deveriam”, diz Carlota numa demonstração claríssima de foco na luta e ativismo consequente.

Dias antes, na madrugada de domingo, 4 de dezembro,

Os conceitos lançados em “A Desobediência Civil” são tão ou mais subversivos hoje, 163 anos depois – nada mais perigoso para o mercado ou para os consensos, do que os que estão fora deles não por exclusão mas por opção. O movimento Ocupa Rio, ainda que de forma intuitiva e autodidata, mostra-se herdeiro da melhor linhagem thoreauiana

a Prefeitura do Rio removera todas as barracas do Ocupa Rio, na Cinelândia. O pretexto foi “recolher moradores de rua”. Os integrantes do movimento admitem que havia moradores de rua nas barracas, mas também havia ativistas. Alguns deles ali desde o dia 22 de outubro – quando a Cinelândia foi ocupada.

“Acho que cooperação e desobediência civil se encaixam bem dentro do que se propõe o Ocupa Rio”, entende Carlota. Mas, talvez, a característica mais marcante seja justamente

a horizontalidade e o antipersonalismo que se traduz num constante constrangimento dela e dos demais ativistas em estabelecerem discursos “pessoais”. O tempo inteiro lembram à reportagem que se trata de um coletivo e que existem outras opiniões que também poderiam ser compartilhadas. Para onde o movimento vai levar, não sabemos. Mas, com certeza, encontramos aqui um modelo diferente e mais igualitário de se mobilizar.

*Da Redação.

Aumenta o número de estupros contra crianças e adolescentes no Rio

Max Leone*

O crescimento dos índices de estupros de mulheres no Estado do Rio de Janeiro, principalmente, de crianças e adolescente de até 14 anos, entre 2009 e 2010, será o tema central de um debate que a Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ) promoverá no começo do mês de dezembro. Os alarmantes números do “Dossiê Mulher”, elaborado por pesquisadores do Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2011, foram os motivadores da secretaria da CUT para que se busque respostas para o aumento acentuado da violência contra as mulheres, crianças e adolescentes. Segundo o levantamento do ISP, de um ano para outro (2009 para 2010), os registros de estupros deram um salto de 25%, passando de 4.120 para 4.589 casos computados no período. Em praticamente metade dos casos de estupro, as vítimas conheciam os acusados. Elas apontam maridos, ex-maridos, pais e padrastos como os violentadores.

“Fomos pegas de surpresa com esse resultado. É estarecedor. O crescimento foi considerável. Temos que buscar as causas do aumento”, lamentou a secretária de Mulher Trabalhadora da CUT, Virgínia Berriel.

O que mais chama a atenção é a grande quantidade de ocorrências contra crianças de zero a 10 anos e de meninas de até 14 anos. Mais de 50% dos casos de violência contra as mulheres, precisamente 53,50%, foram praticados contra vítimas dessa faixa etária. A pesquisa do ISP aponta que 30,30% das ocorrências são de casos envolvendo



Apesar do forte combate à violência contra a mulher, com a instituição de mecanismo para reprimir esses atos, como a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, o sentimento de impunidade ainda prevalece entre os violentadores

crianças e adolescente de 10 a 14 anos. E 23,30% contra crianças de 0 a 9 anos. Do total registado pelo estudo (4.589) no ano passado, 81,20% são de mulheres violentadas, incluindo todas as idades.

“Esses dados são alarmantes.

Temos que chamar a sociedade para fazer esse debate. Não podemos ficar caladas. Temos que promover uma campanha contra a violência cometida contra crianças e adolescentes”, ressalta Virgínia em tom de revolta e indignação.

Na avaliação da secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ, apesar do forte combate à violência contra a mulher, com a instituição de mecanismo para reprimir esses atos, como a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, o sentimento de impunidade pode ainda estar prevalecendo entre os violentadores.

“Não deveria haver motivo (para aumento dos casos). Acho que o sentimento de impunidade ainda é grande. Em função disso, houve registro de aumento de casos não só no Rio de Janeiro, como em São Paulo também.

A dirigente informa que a situação foi lembrada no dia 25 de novembro, quando é comemorado o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. “Organizamos um evento específico para tratar da situação de crianças e adolescentes”,

afirmou, ressaltando que casos podem ser denunciados para Disque-Mulher pelo 180 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, de segunda a segunda-feira, 24 horas por dia. A ligação é gratuita.

O levantamento do ISP traça um perfil da mulher que é violentada. Segundo o levantamento, 7,6% eram brancas, 43,6% pardas e 11,9% negras. Mostra ainda que o município fluminense que teve maior aumento percentual nos registros de estupro foi Belford Roxo, na Baixada Fluminense, com 162%. A cidade registrou 178 casos no ano passado contra 68 em 2009. Pelo terceiro ano consecutivo, os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e Caxias, todos na Baixada, se mantiveram no topo do ranking de violência contra as mulheres. Para os especialistas que participaram da elaboração do dossiê a subnotificação ainda é grande nos casos relacionados à violência contra a mulher.

*Da Redação

Zizek e Badiou fornecem as ferramentas conceituais para a desconstrução do sistema

Tatiana Lima*

Quando o filósofo Slavoz Zizek visitou a Liberty Plaza, em Nova Iorque, para falar ao acampamento de manifestantes do movimento Occupy Wall Street – que protesta contra a crise financeira e o sistema estadunidense desde o início de setembro deste ano – intelectuais e pensadores de esquerda de todo o mundo começaram a despertar sobre a importância das manifestações realizadas no coração do império.

É claro que a persistência dos ativistas já havia sido notada em todo o mundo. Mas, a presença de um dos maiores teóricos contemporâneos à manifestação evidenciava a insurgência de pensamentos políticos e sociais adormecidos na sociedade americana. Afinal, o pensador esloveno Zizek, é influenciado principalmente por Karl Marx e Jacques Lacan e prega uma redefinição da democracia e uma sociedade igualitária.

Zizek não está só. O filósofo francês Alain Badiou é um companheiro no pensamento de que é necessária uma ruptura com o sistema político atual para redefinir o papel do Estado e reinterpretar a ideia de república. Zizek foi um embaixador do pensamento de Badiou no mundo e já o comparou aos pensadores Platão e Aristóteles. Quem garante é o discípulo de Alain Badiou, Norman Madarasz, PHD em filosofia pela escola de Paris e há quatro anos, coordenador do Departamento de Filosofia da Universidade Gama e Filho.

De origem húngara, o canadense Norman Madarasz se mudou para a França para realizar mestrado e terminou discípulo – quando fez doutorado também na França – do pensador Alain Badiou. Com o tempo, também se tornou tradutor da obra de Badiou, disseminador das ideias do mestre e estudioso da filosofia radical. Lançará nos próximos meses o livro “O Múltiplo Sem Um: uma apresentação do sistema de Alan Badiou”, pela editora Ideias e Expressões.

Norman Madarasz é o entrevistado de Ideias em Revista para analisar engajamento da filosofia dos pensadores Alain Badiou e Slavoj Zizek nos movimentos de rua do mundo contra a atual crise financeira, que despertou a população da Europa, dos Estados Unidos e até jovens no Brasil para a busca de alternativa ao sistema político do capitalismo. Confira a entrevista.

*Da Redação, com Roberto Ponciano.



Alan Badiou: comparado a Platão e Aristóteles por Zizek

Ideias Nós últimos meses, vimos explodir no mundo uma insatisfação generalizada que culminou no movimento popular de Ocupação de Wall Street nos Estados Unidos. Inclusive, tivemos a intervenção de grandes pensadores como Slavoj Zizek a esse movimento. Como você analisa esta inter-relação entre a filosofia engajada e os acontecimentos de rua?

Norman Madarasz – A filosofia que está se insurgindo e se banhando nas manifestações de rua é uma filosofia que vem da tradição continental. Uma filosofia que desde os anos 60 tomou a liderança ao propor críticas radicais à sociedade

da época que; estava impregnada de intervenções militares e expedições imperialistas. Esta filosofia promoveu uma mudança radical da sociedade que explodiu em 1968 no Maio Francês, depois, toma várias direções. Algumas mais militantes e violentas que também encontraram um processo de resistência do Estado. Já nos anos 80, surgem vários governos socialistas por meio democrático na Europa, e, depois o silêncio. Porém, o ano de 2008 muda tudo isso. Podemos dizer que essa mudança começou a ser desenhada em 1999 com os acontecimentos de Seattle (manifestações antiglobalização na cidade de Seattle, durante o encontro da Organização Mundial do Comercio) e que, deveria ter ocorrido em 2001. Mas, em virtude dos ataques terroristas de 11 de setembro é criada uma atmosfera política que impede a ocorrência dessas mudanças.

Ideias Por quê?

Norman – Porque a repressão do Estado nos Estados Unidos e no Canadá é muito forte em virtude da política antiterrorista. Cria-se uma conjuntura muito difícil para a população se organizar. Mas, em 2008, acontece a crise financeira internacional. A partir daí, encontramos a cumplicidade clara do



Slavoz Zizek: discurso para os ativistas do Occupy Wall Street

governo Bush e de seus aliados, que passa obrigatoriamente pelo setor financeiro e bancário internacional e, depois, vem o governo Obama, onde nada muda e a situação econômica se complica. Isso desperta na Europa o retorno da grande tradição marxista e comunista. Uma percepção de que agora estamos num período em que novos dados estão presentes e favoráveis para repensar a questão da igualdade, não somente a igualdade jurídica, mas igualdade econômica.

Ideias No discurso de Zizek feito na ocupação em Wall Street, ele adverte que chegará à hora em que teremos que lidar com o dia seguinte. Porém, não na perspectiva do que nós não queremos e sim do que queremos, porque o que existe não satisfaz. Qual a sua opinião?

Norman – Vejo como uma oportunidade, particularmente na fala de Zizek, de reverter ideias fixas lançadas a esquerda. Por exemplo, de que a esquerda é sonhadora, que não entende a realidade da sociedade, que também contribuiu para crimes de ordem política cultural. O discurso de Zizek foi o desempenho de um mestre que conseguiu mostrar justamente que os desastres estão sendo provocados agora pelo setor que lidera a economia capitalista, que eles estão sonhando perdidos nesse mundo de números, mercados e derivativos e que, agora, é o momento em que também a oposição pode identificar o alvo e deve tomar a oportunidade para conseguir se manifestar com força.

Ideias Alain Badiou faz uma crítica visceral ao capitalismo, mas também critica o movimento político existente, os partidos, os sindicatos. Temos agora no mundo, uma série de movimentos não são iniciativa desses movimentos políticos, mas têm apoio deles. Como você analisa essa crítica do Badiou e a proposta dele de retorno da discussão do comunismo como projeto?

Norman – Badiou era muito ativo nos anos 60 e 70 com o grupo comunista da época que reivindicava certo pensamento maoísta e depois nos anos 80 e 90, ele como toda a população da França foi testemunha de um abandono de todas as formas de pensamento reformista ou até revolucionário



pelos professores da Academia. Foram pouquíssimos que se manifestam em favor desta linha de pensamento porque o peso da história era grande e se tinha muito que explicar. Nada estava acontecendo de maneira empírica realmente suficiente para avançar novas teses ou hipóteses. Então há a crítica à política tradicional, a partir dos novos acontecimentos e numa crítica a Hannah Arendt e à defesa do Estado Parlamentar Burguês ele retoma a defesa da hipótese do comunismo, como um projeto novo.

Ideias A crítica de Badiou não é somente ao sistema, mas a de toda uma prerrogativa existente política. Uma ideia de alternativa ao existente. Como é isso?

Norman – O que é o engajamento mais especificamente da filosofia de Badiou é o interesse dele é pelo o que é radicalmente novo, pois é o que ele chama de o Acontecimento. Esse Acontecimento ele percebe que é produzido quando identificado as afirmações a seu favor, que são afirmações de ordem prática. Essas afirmações não são de qualquer um não. Para perceber um acontecimento o animal humano já está no processo de mudar-se, de tornar-se sujeito, seja um sujeito político, artístico, amoroso, científico. São nestes contextos que Badiou diz que acontecem as condições da filosofia. Um tipo de tendência, ou seja, uma ruptura de algo radicalmente novo por várias entidades que se tornam sujeitos. Entidades porque não é necessariamente formada somente de pessoas, podem ser de grupos diversos. O que acontece no contexto de construção das subjetividades é a produção de uma série de verdades e ser fiel a esse processo, com respeito às implicações no conhecimento como na esfera da

política, é ser fiel a uma ruptura, produzir algo radicalmente novo. Se isso se apresenta, segundo o raciocínio de Badiou, é sintomático de que existia algo errado no contexto político, no estado das coisas políticas atuais. Ou seja, algo profundamente injusto, inédito, corrompido. Ao mesmo tempo, o radicalmente novo para Badiou, a construção da subjetividade, não é um processo que se reduz a uma entidade fechada ou totalizante. Badiou está totalmente engajado com a ideia da multiplicidade. É um processo que tem a possibilidade de se espalhar e tomar posse do estado e da situação, mas nada está determinada no início. O que está envolvido são muito trabalho, disciplina e fidelidade ao processo de criação de verdades para poder integrar todo mundo. Por isso a ética de Badiou, que começa a ser uma mera posição ao acontecimento, se demonstra ser uma ética de potencial universal e o destino de todo esse processo defendido por Badiou é da igualdade, mas não somente a jurídica, também a igualdade econômica.

Ideias E essa defesa está culminando no comunismo? Uma palavra que até anos atrás, ou até a crise de 2008, era amaldiçoada...

Norman – Depois de 2008 aconteceu uma mudança impressionante na Europa. Em Londres, houve a primeira reunião em torno dessas ideias. Inclusive Badiou se aproveitou muito de um embaixador genial, realmente de uma força impressionante, que é Slavoj Zizek. Foi ele quem começou a falar em inglês pela primeira vez de Badiou. Na primeira década desse milênio eles se encontram e se tornam amigos. Zizek diz coisas impactantes para a mídia sobre Badiou. Fala que ele é daquela categoria de filósofo que pode ser colocado do lado de Platão, Aristóteles etc. É Zizek que vai apresentar as ideias de Badiou de forma mais acessível e também a se filiar a hipótese comunista. Tanto Zizek quanto para Badiou vão reconhecer que estamos trabalhando com a ideia de hipótese. Do lado de Badiou é uma hipótese forte, ontológica, porque conseguimos demonstrar a lógica dessa hipótese na linguagem do ser enquanto ser. É uma realidade tal como a realidade matemática usando os recursos da lógica ontológica. Uma das demonstrações

dessa lógica ontológica é a busca de uma sociedade igualitária, onde todos têm direitos de ser realizar, aproveitar a vida, de educação e programas de saúde, de participar de momentos diferentes na política e na governança. No caso tanto Badiou e Zizek reconhecem na hipótese comunista a possibilidade de um novo início. Badiou reconhece duas sequências anteriores de comunismos e também as derrotas e desastres assim como também Zizek. Porém, assim como Zizek, dizendo os desastres do comunismo precisam ser confrontados. O Stalinismo, para Badiou, provavelmente criou mais desastres para a ordem humana do que o próprio nazismo. Essa herança existe. Mas como argumento no livro “A Ética”, não podemos pressupor que qualquer tentativa de introduzir o bem na sociedade vai acabar trazendo uma forma do Mal Radical. Esse argumento não se sustenta. A palavra chave de Badiou: “Vale mais um desastre que um não ser”. É por isso que encontramos, em relação ao comunismo na Europa, desde 2008, um movimento da sociedade a procura de novas teses. E esse reencontro da hipótese de comunismo se espalhou em 2010 e ganhou uma projeção tão forte que chegamos a ter esse ano de 2011 tão incrível em relação a essas manifestações em todos os países ocidentais que querem dar e procurar um modelo concreto para as trações cometidas pelo setor financeiro e bancário.

Ideias Foi um ano de ebulição em todo o mundo em que as sociedades se confrontaram contra o modelo do capital...

Norman – Exatamente. O mundo eclodiu contra os crimes praticados pelo sistema capitalista. Esse conhecimento foi possível muito pela contribuição do Wikileaks do Julian Assange, que está pagando agora pelo seu engajamento. Por outro lado tem essa contribuição fundamental de um empreendedorismo que é a TV Al Jazeera que conseguiu mostrar as cenas do Cairo, os acontecimentos da Tunísia, na Líbia e encontrando resistência nos Estados Unidos de apresentar as imagens nos canais de televisão a cabo. O que levou o diretor de Al Jazeera e fazer discursos formidáveis. Então podemos ver neste momento o ressurgimento da hipótese comunista, em Badiou

Tanto Zizek quanto Badiou vão reconhecer que estamos trabalhando com a ideia de hipótese. Do lado de Badiou é uma hipótese forte, ontológica, porque conseguimos demonstrar a lógica dessa hipótese na linguagem do ser enquanto ser. É uma realidade tal como a realidade matemática usando os recursos da lógica ontológica. Uma das demonstrações dessa lógica ontológica é a busca de uma sociedade igualitária, onde todos têm direitos de ser realizar, aproveitar a vida, de educação e programas de saúde, de participar de momentos diferentes na política e na governança



e Zizek, porém mais até Zizek, que reconhece que essa hipótese tem uma noção de empreendedorismo que vem substituindo o acesso da informação por mídias convencionais por outras novas mídias que não estejam atreladas a oligopólios.

Ideias É um movimento que de certa forma lança bandeira inclusive contra o consumismo da sociedade em geral e a própria tentativa de transformar o movimento em prol apenas do retorno do seu poder de consumo...

Norman – Certamente, isso é feito de maneira bem eficaz com o movimento contra o sistema capitalista e tantas causas sociais, por exemplo, dos anos 60. O que fica destes anos no imaginário social coletivo que foi fabricado pela mídia é, essencialmente, o tropicalismo, os hippies, sexo livre, música e festa, e cadê a política? Isso vale para os Estados Unidos quanto para o Brasil, pois o ano de 1968 era um ano de muita agitação neste país, com a tentativa de introduzir um novo sistema e não pequenas resistências sem expressão. Hoje, nos Estados Unidos é feita sim uma tentativa de fazer isso com o Occupy Wall Street, mostrando o movimento confuso e lúdico. Quanto ao consumismo está muito ligado a essa política predatória de crédito dado à população, que endivida a todos e levou ao colapso do sistema nos Estados Unidos e

depois na Europa, onde todos ameaçam calote e recebem ajuda astronômica.

Ideias Badiou defende a possibilidade de romper com o Estado e mais ainda ele traz um argumento interessante sobre o conceito de traição. Ele defende que quando você conhece uma verdade e você não é fiel é mais que traição. Isso nos leva a pensar sobre o papel da intelectualidade e de sua omissão frente à situação política econômica.

Norman – No livro “A Ética” traz uma visão fundamental sobre o Mal Radical. A filosofia eliminou há muito tempo a ideia do bem absoluto. Porém, não da verdade universal. Ao mesmo tempo não eliminou a ideia do mal absoluto. Nos anos 80 e 90, na França, havia a representação de certas lideranças comunistas como sendo reencarnações do Mal Radical. Então, para Badiou para se compreender bem os desastres é preciso analisar os contextos. Ele introduz, para substituir a ideia do Mal Radical, a do Desastre (que acontece através da Traição ou do Simulacro*). Para permitir verdades acima do interesse particular de indivíduos tem de se ser fiel ao processo de produção de verdades. Então, a fidelidade será uma postura ética. Aqueles que escolhem interesses particulares condenam e reprimem as produções de verdades e participam de um processo de traição.

Ideias Dois conceitos importantes na filosofia de Badiou. Primeiro, por conta da própria pós-modernidade, a afirmação e retomada da existência da Verdade como preceito fundamental da ética e, a segunda, a questão do amor, dialogando inclusive com São Paulo. São duas coisas diferentes quando pensamos que lidamos com a obra do mesmo filósofo e pensando na pós-modernidade que nega os dois conceitos?

Norman – Sim é verdade. Inclusive, Badiou fala do amor no contexto da hipótese comunista que será base do meu próximo artigo na revista Ética. O amor é um caso muito interessante para se entender filosofia dele, porque em cada uma das condições acontece um acontecimento: na política podemos falar de revolução, na ciência de uma perspectiva de evolução ou invenção, na arte de uma nova forma de abordagem no informal, dos sem formas num vocabulário de expressão e no amor tem o encontro que vem desestabilizando, talvez, rompendo a entidade do casal. Todos, leigos e filósofos, conhecem essa experiência. É difícil dizer sistematicamente, como Badiou fala na política, que quando surge um acontecimento tem algo incompleto, errado ou rompido no estado das coisas políticas que no casal seria a entidade. Ao mesmo tempo, dá para refletir um pouco sobre isso, porque se um encontro tem uma potência a tal ponto de destruir um casal e introduzir uma

nova configuração, talvez, tinha de fato algo incompleto ou errado. Ele faz a ligação da verdade com o amor. Por exemplo, sabemos que falar “eu te amo” não é exatamente a maior prova da verdade. Então, são os gestos da composição da vida de um casal falam e mostram a composição de um casal que está ciente dos riscos de uma fusão ou a perda da paixão. Porque a produção da verdade acontece num estado mais esclarecido do pensamento de quem somos nós, qual é o nosso destino. No caso do amor, a verdade é produzida através do casal composta de duas partes que às vezes estão em relação igual e às vezes em relação assimétrica. Sabemos disso por nossa experiência de quando vemos ou somos o casal em crise, porque a descrição que a outra pessoa de fora tem do nosso casal nos parece irreal em relação a nossa própria vivência. Nesta visão então do casal como produção de verdade o que conta realmente é o amor como um pensamento da reinvenção de si consciente de saber participar de uma duplicidade.

*Traição – acontece quando uma pessoa que conhece uma verdade, em todos os seus elementos, não lhe é fiel. Exemplo: intelectuais franceses, de esquerda, que aderiram a Sarkozy. Simulacro – ocorre quando há o “forçamento” de uma verdade. Exemplo: o nazismo com relação ao socialismo, utilizando símbolos e cores do movimento socialista.

União estável entre pessoas do mesmo sexo, aprovada no STF, é vitória histórica do Movimento LGBT

Em 5 de maio deste ano, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconhecendo de forma unânime, o direito à união estável para casais do mesmo sexo. O dia 5 de maio entrou para o calendário de celebração do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos (LGBT) e da história do país. Porém, apesar de a decisão representar um avanço, houve a radicalização do discurso moralista e preconceituoso de setores religiosos e fundamentalistas que, querendo ou não, alimenta o crescimento alarmante da violência homofóbica

Tatiana Lima*

Episódios recentes de agressões homofóbicas ganharam destaque nos noticiários, descortinando uma realidade que chega a surpreender algumas pessoas. Contudo, somente aquelas que desconhecem as estatísticas e a própria realidade brasileira. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, responsável pelo “Relatório de Assassinatos de Homossexuais no Brasil” de 2009, a cada dois dias, um homossexual é assassinado. Ao todo, são 200 crimes por ano, o que transforma o país no campeão mundial de crimes contra LGBTs, atrás do México e dos Estados Unidos.

Em entrevista a Ideias em Revista, Cláudio Nascimento, ativista de mais de duas décadas das bandeiras LGBT, ex-coordenador do Grupo Arco-Íris e da Parada LGBT do Rio, atualmente à frente da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SuperDir) do Estado, fala da decisão do STF de

forma equilibrada. Reconhece a conquista como um marco no Brasil: “Essa decisão simboliza um antes e depois para toda a comunidade LGBT”. Não deixa, todavia, de sinalizar a todo o momento que a chaga do preconceito persiste.

Cláudio Nascimento coordena o programa Rio Sem Homofobia, que já recebeu mais de 5 mil ligações, sendo 60% denúncias de agressões homofóbicas. No Rio, o programa instalou três centros de referência para o atendimento à população LGBT. Os centros prestam atendimento jurídico, assistência social e apoio psicológico em três regiões do Estado: Duque de Caxias (Baixada Fluminense), em Friburgo (região Serrana) e no Centro do Rio. De acordo com nosso entrevistado, a previsão é de que até 2014, sejam criados 13 centros de referência.

*Jornalista

Ideias Da década de 90 até a decisão do STF, um longo percurso foi feito pela comunidade LGBT para que o dia do reconhecimento do direito a união está-

vel de casais do mesmo sexo chegasse. Como foi essa luta da qual você é um dos pioneiros?

Cláudio Nascimento – De lá para cá, tivemos diversos debates sobre o assunto no Congresso, no Poder Judiciário e na sociedade como um todo, além de pesquisas que combateram um pensamento da sociedade mais resistente que existia à época, culminando nas recentes pesquisas nas quais mostram uma compreensão muito maior da sociedade frente à necessidade do reconhecimento dos direitos LGBTs. Depois disso, a própria comunidade LGBT percebeu a necessidade fundamental de utilizar estratégias de relacionamento com o Poder Judiciário, por exemplo, para provocá-lo e obrigá-lo a lidar com essa temática. A partir daí, surgiram diversas sentenças que, num primeiro momento, foram desfavoráveis e preconceituosas. Lembro do caso de um amigo que à época, teve uma sentença proferida por um juiz dizendo que de forma alguma reconheceria o direito de partilha de bens em caso de morte do companheiro dele, porque aquilo era uma união espúria. Mas, com todo o trabalho de pressão e debates, a visão do Judiciário foi se modificando e passamos a ter muitas sentenças favoráveis no final da década de 90. Já nos anos 2000, tivemos um processo importante que teve início no Rio Grande do

Sul sobre o reconhecimento das uniões estáveis através dos cartórios. A partir de uma interpretação da justiça gaúcha se entendeu que poderia haver um contrato que reconhecesse essas uniões. E aí, nós fomos parar nos cartórios de títulos e documentos. Esse movimento foi muito forte a ponto de ocasionar uma resistência dos cartórios em realizar o contrato, muitos se recusavam. O Rio foi pioneiro novamente, pois a Dra. Sônia Andrade do Cartório, do 6º Ofício, não apenas efetuava os contratos como promoveu uma campanha em prol do direito do registro das uniões da comunidade LGBT. Porém, é preciso dizer que esses registros também ficavam a mercê da interpretação dos juízes no momento do acesso a direitos como partilha de bens, previdenciários, entre outros, porque ainda não se tinha uma lei específica. Mesmo a pessoa mostrando o contrato de união estável registrada no cartório em caso de união, separação ou morte no acesso aos direitos, tudo dependia da interpretação do juiz.

Ideias Daí a importância da decisão positiva do STF?

Cláudio Nascimento – Exatamente, mas muita luta aconteceu antes. Em 2008, o movimento LGBT começou a buscar e analisar outras brechas no campo jurídico para avançar esta questão no campo do

direito coletivo, o que fez surgir à compreensão que se podia entrar com uma Arguição por Descumprimento do Direito fundamental. Mas para isso, era necessário que uma autoridade do poder constituído, seja federal ou estadual, assinasse essa ADPF. Na época somente o governador Sérgio Cabral topou fazer isso. Concomitantemente foram realizadas várias articulações com a sociedade civil, juristas, políticos, entre outros. Num primeiro momento nós achávamos que ADPF seria apenas uma provocação ao Poder Judiciário e que, não seguiria à frente devido ao conservadorismo da Suprema corte, pois sabemos das dificuldades do Poder Judiciário tratar temas tabus na sociedade. Porém, logo que demos entrada, o processo foi aceito e seguida foi nomeado como relator o ministro Ayres Brito. Para o movimento LGBT, isso já foi uma vitória e uma sinalização de que podia ser diferente, pois o Ayres Brito tem uma tradição como relator de temas de direitos humanos como: genoma, células troco etc. Portanto, mostrava ter um pensamento progressista e, além disso, já havia sido muito testado em suas sentenças.

Ideias É uma nova cultura que precisa ser disseminada?

Cláudio Nascimento – Sim e tem outra questão: na prática o que nós estamos usando são brechas jurídicas e que vão depender ainda, infelizmente, da interpretação de cada juiz. A mesma vara que deu o direito para mim e meu companheiro converter nossa união em casamento civil, não deu para outros. E aí, temos que analisar de forma mais próxima cada caso para entendermos o que esta acontecendo. Esta é uma orientação que tenho dado: todas as pessoas que tem o interesse em converter sua união estável em casamento civil, devem fazer primeiramente o registro da união estável e para só depois ir para o caminho da conversão. Por que isso? Porque o direito conquistado no Supremo não é o direito pleno de casamento civil. É por isso que a luta continua, porque o que queremos é a aprovada de uma lei no Congresso que reconheça o direito do casamento civil para casais do mesmo sexo. Somente aí, serão garantidos de forma automática os direitos plenos dos casais LGBTs: mudança de nome, previdência, plano de saúde, partilha de bens, pensão, a mudança do status de solteiro para casado como eu conseguir na justiça. Porque o certo é que as pessoas não precisem ir para a Justiça para conseguir esses direitos.



Ideias Você acredita que a comunidade LGBT conseguirá ampliar direitos?

Cláudio Nascimento – Sinceramente, sou muito cético com o Congresso Nacional como está hoje, tanto em relação ao Senado quanto Câmara dos Deputados. Por mais que tenhamos uma série de parlamentares e senadores aliados, esse tema ainda patina entre as duas casas, seja por omissão, rejeição ou por um fundamentalismo religioso político, que não permite que os temas dos direitos humanos tenha o espaço que deveria naquelas casas. Portanto, acredito que nós na próxima década teremos muito luta ainda.

Ideias A dificuldade de aprovação da PEC 122 na Câmara, que criminaliza a homofobia é um exemplo?

Cláudio Nascimento – Sim, falo de toda uma conjuntura. Tanto da PEC 122 como do projeto de casamento civil que está lá, do deputado Jean Wylis, do projeto de lei da própria Marta Suplicy que patina desde 1995 até agora, e que, já até se desatualizou. Enfim, de vários outros projetos que não andam por conta de uma camarilha de fundamentalista que estão naquelas Casas e que insistem em não legislar para todos. Então, hoje o Rio, por exemplo, tem uma lei estadual que garante o direito de pensão para o companheiro, de visita íntima nas penitenciárias, de licença galá, de acompanhamento hospitalar em caso de doença do companheiro e do uso do nome social.

Ideias Um dos argumentos das bancadas religiosas é que a

lei anti-homofobia é desnecessária em virtude da existência da lei de intolerância e anti-racismo...

Cláudio Nascimento: Precisamos de uma lei que penalize como crime a ação de pessoas agridas outras em razão de sua orientação sexual. Precisa de uma lei nova? Não. É só uma alteração de uma lei já existente: a lei anti-racismo e a que proíbe a intolerância religiosa. Portanto, o que a PEC 122 pede é apenas uma equiparação da homofobia ao crime de racismo e a de intolerância. Não é nem mais nem menos, É simplesmente reconhecer que existem hoje homossexuais que são assassinados no país inteiro por crime de ódio, pessoas que são discriminadas na rua no trabalho, na escola na sociedade em geral, em razão da sua identidade de gênero e orientação sexual. Seguem um modelo de rejeição do diferente, agridem o outro quando o comportamento dele não condiz com a expectativa daquele que discrimina. Logo, é preciso que isso seja tratado não só como uma simples ofensa ou constrangimento e agressão leve e sim, como o que é de fato: um crime de ódio.

Ideias: Inclusive, há deputados da bancada religiosa que tentam atrelar a comunidade LGBT à prática de pedofilia? Qual é sua opinião?

Cláudio Nascimento – Os argumentos são equivocados. Primeiro não se pode confundir liberdade de expressão com incitação a violência. Todo cidadão e líder religioso têm o direito de dizer sua opinião sobre se é pecado ou não uma determinada orientação sexual.

Porém, nenhum tem o direito de utilizar o instituto da liberdade de expressão para gerar estigmas e incitar a violência, contribuindo para justificar o preconceito e motivar situações de perseguição. Além disso, homossexualidade não tem nada ver com a prática criminosa de pedofilia. Se você hoje pegar todos os dados de violência sexual contra as crianças e adolescentes, verificará que mais de 90% dos praticantes de pedofilia não são homossexuais. É justamente o contrário. Logo, essa é uma chaga de toda a sociedade que nós precisamos veementemente repudiar e criminalizar essas agressões. Portanto, é preciso baixar a bola e ter um pouco mais de humildade para entender o seguinte: o problema da pedofilia precisa ser combatido por todos nós.

Ideias A 2ª Conferência?

Cláudio Nascimento – O movimento LGBT está muito mais maduro, sabendo exatamente o que quer do poder público. Em contrapartida há uma compreensão maior das demandas da LGBT pelo Estado. Conseguimos sair com um conjunto de dez propostas prioritárias para os próximos dez anos. Vamos construir o próximo plano de metas o Programa Rio Sem Homofobia com mais condições de realizar e executar muito mais serviços para a comunidade LGBT. Além disso, as experiências do Rio servem de exemplo e acúmulo para a 2ª Conferência Nacional que será realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro, em Brasília.

Militantes da Rede contra Violência sofrem ameaças no Rio e acreditam que a ação parte de policiais militares

Quando Ideias em Revista chegou à sede do movimento Rede Contra Violência, que luta pelos direitos humanos no Rio de Janeiro, os integrantes tinham acabado de receber um telefonema de um morador da Rocinha relatando abusos policiais após a ocupação da região para implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a 19ª da capital fluminense. Ligações de moradores de favelas pedindo ajuda em diferentes situações de violência fazem parte da rotina dos militantes da Rede. Porém, desde o final de agosto deste ano, também passaram a fazer parte do dia a dia dos integrantes telefonemas com ameaças de pessoas afirmando serem policiais, dizendo que foram “derrubadas” e que agora está chegando a hora “de derrubar”. Os militantes da Rede acreditam que a ação parte de policiais militares.

Tatiana Lima*

Quando Ideias em Revista chegou à sede do movimento Rede Contra Violência, que luta pelos direitos humanos no Rio de Janeiro, os integrantes tinham acabado de receber um telefonema de um morador da Rocinha relatando abusos policiais após a Ocupação da região para implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a 19ª da capital fluminense. Ligações de moradores de favelas pedindo ajuda em diferentes situações de violência fazem parte da rotina dos militantes da Rede. Porém, desde o final de agosto deste ano, também passaram a fazer parte do dia a dia dos integrantes telefonemas com ameaças de pessoas afirmando serem policiais, dizendo que foram “derrubadas” e que agora está chegando a hora “de derrubar”. Os militantes da Rede acreditam que a ação parte de policiais militares.

De acordo com os integrantes da Rede, essas ameaças já ocorriam antes. Porém, a partir das denúncias sobre arbitrariedades cometidas em Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), especialmente no Conjunto de Favelas do Alemão, o número de intimidações aumentou.

“A sua hora está chegando”

Um dos primeiros episódios de intimidação aconteceu em 22 de agosto. Às 19h, um homem, que não

se identificou, chamou um dos integrantes pelo nome e disse: “Aqui é o policial que você derrubou. A sua hora está chegando”. Do outro lado da linha, o integrante da Rede respondeu: “Eu pelo menos tenho um rosto e uma imagem. Você é um covarde que nem isso tem”.

Já na madrugada de 30 de agosto, os integrantes da Rede sofreram uma intimidação mais explícita na saída do Instituto Médico Legal (IML). Os militantes foram abordados por PMs de forma violenta, sendo que um dos policiais que estavam numa viatura chegou a empunhar o fuzil na direção grupo tentando intimidá-los. Na ocasião, eles acompanhavam jovens agredidos e presos irregularmente por policiais da UPP do Morro da Coroa, região central do Rio de Janeiro.

As ameaças persistiram em setembro. No dia 1º, um homem ligou para sede da Rede Contra Violência narrando toda a situação de intimidação ocorrida na noite anterior. Segundo um dos integrantes, o homem fez questão de mostrar que conhecia os militantes da Rede, pois descreveu as características físicas de cada participante e os gestos feitos por eles antes de se despedirem na madrugada no dia 30 de agosto. Além disso, deu detalhes do tipo de roupa cada um vestia na ocasião. Ao final da ligação, o homem afirmou: “Se eu matar você, meus problemas terminam”.

Contudo, a situação mais grave ocorreu em 12 de setembro, no Centro do Rio de Janeiro. De acordo com esse relato, houve duas tentativas de assassinato contra um dos militantes. A primeira ocorreu próximo ao Passeio Público, no Centro do Rio, às 14h30, quando o participante do movimento, tentava atravessar a rua quando tentaram atropelá-lo. Mas, o militante conseguiu desviar. No mesmo dia às 21h, o mesmo integrante da Rede percebeu que um carro com as mesmas características daquele que quase o tinha atropelado à tarde (um Siena), estava parado próximo à lanchonete em que se encontrava. Já próximo à Central do Brasil, o mesmo carro surgiu mais uma vez e, novamente, tentou atropelá-lo.

O militante conta que havia cinco pessoas dentro do carro, todas encapuzadas. O motorista aproveitou o sinal de trânsito fechado para jogar o veículo em cima do integrante da Rede. Porém, integrante da Rede se jogou em direção da ambulância e conseguiu correr até um bar, onde se escondeu num banheiro. Quando saiu do banheiro, um cliente do bar lhe perguntou: “A senhor viu? Deve ser algum acerto de contas”.

Em nota pública, a Rede Contra a Violência repudiou esta investida contra seus militantes. Afirmou ser “inadmissível que situações como essas se reproduzam com tanta frequência”. Ainda, na nota, exige providências



das autoridades públicas e a garantia do “direito básico de liberdade de expressão”. Eles também classificaram a situação dos militantes de direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro como sendo “de extrema vulnerabilidade”.

Uma espécie de “clandestinidade oficial”

A situação de vulnerabilidade se evidencia quando conhecemos a história de outros integrantes do grupo da Rede Contra a Violência. Para alguns, o custo da militância em defesa dos direitos humanos é a completa mudança da rotina. Mas, um dos casos que mais chama atenção é do ex-comerciante X (que também não quer ser identificado).

Além de trabalhar em

comércio próprio, X pertencia a um grupo religioso que prestava assistência a pessoas pobres, quando aconteceu a Chacina da Baixada Fluminense em 2005. No episódio, policiais militares assassinaram 29 pessoas entre Nova Iguaçu e Queimados. Uma das vítimas era um professor do grupo religioso do qual X fazia parte, o que o levou à militância pela condenação dos policiais suspeitos pelo crime e a defender os Direitos Humanos. A decisão de não se calar fez X sofrer um atentado de morte em 2007, e abandonar sua casa, trabalho, alterar a rotina dos filhos e de parentes próximos. Todos eram alvos de constantes ameaças.

Atualmente X está sob a proteção do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Hu-

manos do Governo Federal. Ainda hoje, mora com os filhos em um hotel e não tem renda. As mudanças de endereço são realizadas constantemente. Mesmo assim, X diz não se arrepender. “Já salvei muita gente e ajudei a prender muito policial bandido. Não me arrependo de nada. Tem pessoas que sobreviveram porque não tive medo de ajudá-las”. X faz parte do Movimento Rede Contra a Violência desde 2005.

O professor Daniel Aarão Reis, em artigo publicado no jornal O Globo, em 29 de outubro, afirmou que o integrante do movimento vive hoje numa espécie de “clandestinidade oficial”. Em nota pública, o Movimento Rede Contra Violência, destacou que seus integrantes “não podem se transformar em mais

um número de uma cova no cemitério”. Apesar das ameaças, os participantes da Rede garantem que não serão intimidados e continuarão com as denúncias dos “bastidores da cidade maravilhosa e pacificada”.

A Rede de Comunidades contra a Violência é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial e militantes de direitos humanos. A Rede luta contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres.

*Da Redação.





TRANSFERÊNCIA EXTERNA

Desconto de
30% para
alunos matriculados
em outra
instituição.

Administração
Análise de Sistemas
Ciência da Computação
Ciências Contábeis
Comunicação Social
Design/Comunicação Visual
Pedagogia
Engenharia de Produção
Gestão de RH
Gestão Ambiental
Segurança do Trabalho
Redes de Computadores

Aulas com mestres e doutores
Profissionais atuantes no mercado
Reforço acadêmico
Laboratórios modernos
Seguro desemprego

Mensalidades
a partir de **R\$209***

DE CRÉDITO AO SEU FUTURO!
FINANCIE SEUS ESTUDOS COM O FIES



Rio Comprido
Méier I
Méier II
Bento Ribeiro
Jacarepaguá
Centro

Política de acesso e matrícula do curso de Pedagogia, na unidade Bento Ribeiro, todos os dias, via Transferência Externa.

2563.1919
unicarioca.edu.br



SISEJUFE

Sindicalizados, dependentes e funcionários SISEJUFE possuem desconto cumulativo de 10% referente ao convênio.

Uma breve pausa em nossa longa luta pelo PCS4

Festa de fim de ano do Sisejufe

Moacyr Luz e Nicolas Krassik
com Roberta Nistra



Sexta, 16 de dezembro, às 19h

Associação dos Empregados no Comércio

Av. Rio Branco 120 – Centro – Rio de Janeiro



Abertura: Grupo Roda Carioca

Ingresso nominal e intransferível com conferência em lista - R\$25 para sindicalizado(a)